



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### ----- Ata n.º 373 -----

-----  
----- Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Manuel José Santos Pinho, e secretariada pelo Senhor Primeiro Secretário, Arménio de Almeida Cerca, e pela Senhora Segunda Secretária, Anabela Fernandes Monteiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

*"Período de Antes da Ordem do Dia: -----*

----- **Ponto um:** *Apreciação e votação das Atas n.º 370 e 371 nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA); -----*

----- **Ponto dois:** *Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA. - Período da Ordem do Dia: -----*

----- **Ponto um:** *Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA; ---*

----- **Ponto dois:** *Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia como delegado ao XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e seu substituto, nos termos do n.º 2 do art.º 6.º dos Estatutos da ANMP; -----*

----- **Ponto três:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano 2024, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto quatro:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS, para vigorar no ano de 2024, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto cinco:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de lançamento de Derrama, referente ao exercício de 2023 e a ser cobrada no ano 2024, de acordo com o estabelecido na alínea d) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto seis:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação das Taxas relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) com referência ao ano de 2023 e a liquidar no ano 2024, de acordo com o estabelecido na alínea d) do n.º 1.º do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto sete:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 3.ª Alteração Orçamental Modificativa/Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia, para 2023/2027, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto oito:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2023, de acordo com o estabelecido na alínea o) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA. -----*

*Período de Intervenção do Público: -----*

*Período de Intervenção do Público nos termos do art.º 37.º do RAMA." -----*



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- À sessão compareceram as Senhoras e o Senhores Deputados Municipais dos seguintes Grupos Municipais (GM): -----

- • Manuel José Santos Pinho – GM do MIAP; -----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD; -----
- • Nuno Ricardo da Costa Portovedo – GM do MIAP; -----
- • João José Rodrigues Gaspar – GM do PPD/PSD; -----
- • Fernando Augusto Rodrigues Barbosa – GM do PS; -----
- • Anabela Fernandes Monteiro – GM do MIAP; -----
- • Carlos Delfim de Almeida Correia – GM do MIAP; -----
- • Graciete da Piedade Seco Vaz de Castro – GM do PPD/PSD; -----
- • Vítor Manuel santiago tavares – GM do MIAP; -----
- • Luís Manuel da Silva Ferreira da Fonte – GM do PPD/PSD; -----
- • Marcelino Rasga Ferreira – GM do PS; -----
- • Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva – GM do MIAP; -----
- • Arménio Almeida Cerca – GM do MIAP; -----
- • Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos – PCP; -----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD; -----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do MIAP; -----
- • Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva – GM do PPD/PSD; -----
- • Pedro Pina Ribeiro – GM do PS; -----
- • Ana Paula dos Santos Alves Allen – GM do MIAP -----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do MIAP e -----
- • Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD. -----

----- Compareceram igualmente à sessão as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----

- • Lúcia Maria Rodrigues de Jesus – +PNT – PJF de Avelãs de Caminho; -----
- • José Manuel Oliveira Carvalho – GM do MIAP – PJ de Avelãs de Cima -----
- • Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves – GM do PPD/PSD – PJF da Moita; -----
- • Artur Domingos Pires Salvador – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos; -----
- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
- • Bárbara Dias Martins – GM do PPD/PSD – em substituição do PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro; -----
- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; -----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Arcos e Mogofores e -----
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes elementos: -----

- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; -----
- • João José Nogueira de Almeida – PPD/PSD – Vereador; -----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vice-Presidente; -----
- • Jennifer Nunes Pereira – MIAP – Vereadora em Regime de Permanência; -----
- • António Carlos Rodrigues Lopes – PPD/PSD – Vereador; -----
- • Lídia Maria Mota dos Santos Pato – PS – Vereadora; -----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – MIAP – Vereador em Regime de Permanência. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Meus Senhores, vamos dar início à nossa sessão ordinária da Assembleia Municipal, portanto, eu saúdo a Senhora Presidente da Câmara e na sua pessoa todo o Executivo Municipal. Saúdo igualmente o plenário da Assembleia Municipal, a comunicação social representada, o público presente e quem nos segue online. Sejam bem-vindos a esta sessão após as merecidas, direi eu, férias. -----

----- A Mesa da Assembleia Municipal recebeu os seguintes pedidos de substituição: Nuno Miguel Martins dos Santos que se faz substituir por Bárbara Dias Martins, Marta Susana Taveira Duarte que se faz substituir por Marcelino Rasga. Foi rececionado pela Assembleia Municipal informação da Câmara Municipal relativamente a substituições dos Senhores vereadores André Henriques e Jorge São José, que se fazem substituído por Lídia Pato e Silvana Marques e esta que também apresentou incapacidade ou impossibilidade de presença por António Lopes, que penso eu que ainda não chegou, pelo menos não tomou assento aqui na nossa bancada. Verificada a identidade e a legitimidade dos Senhores Deputados, o número de presenças é de vinte e nove no universo de trinta e um deste plenário e, portanto, declaro aberta a sessão convocada nos termos do artigo vigésimo sexto do RAMA e cuja organização dos trabalhos obedece ao estipulado nos artigos trigésimo quinto, trigésimo sexto e trigésimo sétimo do referido documento. São catorze horas e quarenta e sete minutos. Entramos então no **Período de Antes da Ordem do Dia** cuja redação é a **apreciação e votação das atas trezentos e setenta, que se refere à Assembleia Municipal de vinte sete de abril de vinte e três e à ata trezentos e setenta e um, que se refere à Assembleia Municipal de quinze de junho de dois mil e vinte e três**. Dizer que na ata número trezentos e setenta não poderão votar Graciete Castro, Luís Fonte e Rafael Timóteo, também ainda não está presente. Na ata trezentos e setenta e um não poderão votar Vítor Tavares, Luís Fonte, Rafael Timóteo e José Manuel Carvalho. Assim sendo, dou a palavra para apreciação destas atas ao plenário. Em qual? Na trezentos e setenta e um? Queira conferir Senhor Secretário se faz favor. Eu tenho aqui Marcelino Ferreira como presente na trezentos e setenta e um de vinte sete de Abril. Afirmativo, isto é, não esteve? Muito obrigado pela correção e, portanto, a Bárbara Martins esteve presente. Afinal, só falhamos cinquenta por cento. Assim sendo, dou a palavra aos Senhores Deputados para apreciação destas duas atas que digam tudo o que acharem por bem. Não havendo inscrições para intervenção, porei à votação a ata trezentos e setenta e vamos então agora



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

repetir que não poderão votar Gracite Crasto, Luís Fonte e Raphael Timóteo. Quem vota a favor da aprovação desta Ata trezentos e setenta, primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila e Mesa. E então o resultado é de vinte sete, com três que não podem, faltava um, dá certo. Então foi aprovada por unanimidade com vinte sete votos a favor. Passaremos então à ata número trezentos e setenta e um e que vai se repetir que não podem votar Victor Tavares, Luís Fonte, Marcelino Rasga, Rafael Timóteo e José Manuel Carvalho. certo, certo e com a presença de vinte e oito Deputados, vinte e nove Deputados. Vamos então pôr à votação à votação, desculpe ao plenário que não se não se quis pronunciar, vamos pôr à votação primeira fila quem vota a favor, segunda fila, quem vota a favor, terceira fila, eu contei seis, ai o José Manuel Carvalho não vota correto, quarta fila, Mesa, então foi aprovada também esta, sim, acho que será na minha perspectiva vinte seis. Bom, há aqui uma discrepância só na votação da primeira fila. Quem vota a favor primeira fila oito o Luís Fonte não, então foi aprovada também ela por unanimidade perante a presença por vinte cinco votos a favor. Passamos então ao **ponto dois** da Período de Antes da Ordem do Dia que são **intervenção dos Senhores Deputados municipais nos termos do artigo trigésimo quinto do Regimento**, pelo que desde já dou a palavra ao plenário. Nuno, Sandra, Pedro Pina, Luís Fonte, Marcelino Rasga e Lúcia de Jesus, então, pronto, que é o primeiro por ordem passo a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Senhora Presidente de Câmara, começo por apresentar os meus cumprimentos, sendo os mesmos extensivos através de Vossas Excelências a todos os presentes nesta sala, bem como a quem assiste a esta sessão de forma remota. -----

----- Eu começo por apresentar e parabenizar nesta assembleia, em meu nome e em nome da bancada que represento, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Engenheiro Jorge Sampaio, pela sua eleição para a Direção Executiva do Turismo Centro de Portugal, entidade que Junta mais cento e quarenta entidades, das quais cem são Municípios e que visa a promoção turística desta fantástica região em que nos encontramos, bem como o apoio a todas as entidades e a investidores neste importante setor da economia local e nacional. O Engenheiro Sampaio já nos demonstrou todas as suas capacidades enquanto vereador nesta Câmara, enquanto Presidente da Associação da Rota da Bairrada, enquanto Presidente da Associação de Municípios Portugueses do Vinho e não temos qualquer dúvida do excelente trabalho que também irá desempenhar nestas novas funções. Caro Jorge Sampaio votos de muita sorte e felicidades nestas novas funções e não te esqueças que a sorte, normalmente, tem muito trabalho associado. Depois, Senhora Presidente, eu irei nesta minha intervenção abordar três temas, sendo o primeiro destes a saúde, tema que muito nos preocupa e que recorrentemente nós temos trazido a esta assembleia, nem sempre pelos melhores motivos infelizmente. Sabemos que o grande problema da Saúde e, nomeadamente, nos cuidados de saúde primários no nosso Concelho não é um problema de infraestruturas, mas sim de falta de recursos, recursos



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

humanos, sejam eles ao nível dos auxiliares, ao nível da enfermagem e ao pessoal médico. E, de facto, este não é um problema que caiba propriamente à Câmara Municipal resolver, como, aliás, grande parte dos problemas que ocorrem nos territórios dos Municípios, que não são da competência direta dos Municípios, mas sim do Estado central. E o que pretendemos saber é naquilo que efetivamente diz respeito ao Município, nomeadamente em termos do processo de descentralização, como é que está a correr e também naquilo que não diz respeito ao Município, nisto que eu acabei de falar a falta de recursos humanos, quais são as extensões de saúde do Concelho onde estão a ver este tipo de constrangimentos, de falta de pessoal e que impedem inclusivamente a abertura, a abertura dos mesmos e se daquilo que sabe, há curto prazo alguma solução para os mesmos. Depois, ainda na saúde e em todos estes organismos existentes foi criada a direção executiva do SNS e segundo dizem, está a tentar reformar o sistema de saúde com o objetivo de tornar o mesmo mais eficiente e próximo dos cidadãos e das suas necessidades e nesta conformidade e também já aqui falámos da criação das ULS, Unidades Locais de Saúde. No caso do Concelho de Anadia ed segundo ouvimos na comunicação social, os nossos serviços de saúde ficarão integrados na ULS de Aveiro. Ora sendo Anadia um Concelho periférico e dada a proximidade que Anadia tem com Coimbra e também o hábito de recorrer aos serviços de saúde em Coimbra, ficarão os utentes de Anadia, em teoria, prejudicados quanto mais não seja pelas deslocações que terão que fazer. Também ouvimos que não será bem assim. Pois o utente é livre de ir onde quiser e que o financiamento acompanha o utente. O que pretendemos saber é, daquilo que a Senhora Presidente sabe nesta altura, se será assim ou se efetivamente com o decorrer do tempo, teremos que depender unicamente da ULS de Aveiro. O segundo tema tem a ver com alteração da empresa que presta serviços na área dos transportes públicos, tendo sido adjudicado ao nível da Comunidade Intermunicipal este serviço a uma nova entidade e tendo esta começar a operar há quase dois meses e também tendo já nesta altura iniciado o ano letivo, o que pretendemos saber é qual é o feedback dos serviços prestados até agora por esta nova por esta nova empresa. E, por último, um pedido de esclarecimento sobre algo que é falado por Anadia e que tem a ver com o apoio financeiro atribuído pelo Município ao Anadia Futebol Clube, em virtude de, portanto, este apoio tem sido atribuído em virtude das atividades de formação de crianças e jovens nas diversas modalidades desportivas que o Anadia Futebol Clube tem. É dito que o Município cortou este apoio ao Anadia Futebol Clube, deixando o clube com problemas e com dificuldades financeiras que colocam em causa estes mesmos projetos desportivos e de formação de crianças e jovens. Só que ninguém refere os motivos que levaram a que isso acontecesse. O que pretendemos saber é exatamente quais os motivos que levaram a que o Município cessasse o apoio financeiro ao Anadia Futebol Clube. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto à Senhora Presidente da Câmara se quer responder?

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu posso desde já responder, mas, na verdade, com estas matérias todas elas tão



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importantes eu vou tentar ser o mais sucinta possível, sob pena de esgotar já o meu tempo, nestas primeiras questões que me foram apresentadas. E antes de mais e muito rapidamente cumprimento todos presentes, a começar pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa, obviamente, os meus colegas do Executivo e a todos os Senhores Deputados municipais, onde se inclui os Senhores Presidentes de Junta e, obviamente, o público presente, a comunicação social e todos aqueles que nos acompanham através das redes sociais. -----

----- Sobre a saúde, pois, a partir do dia um de setembro o Município de Anadia assumiu a transferência das competências. De acordo com o auto de transferência, portanto, que foi assinado, deixando ainda algumas situações de fora, portanto, que só passarão para o Município a partir de janeiro, nomeadamente, os encargos com energia, com gás e com o processo também da limpeza. A responsabilidade do Município passa essencialmente pela gestão dos espaços físicos e, obviamente, também por cuidar das assistentes operacionais e desde logo que e quando falamos na gestão, portanto, também a questão das viaturas, enfim, os espaços exteriores e por aí fora. A primeira surpresa, portanto, teve a ver com a parte das assistentes operacionais, um rácio que ainda não está totalmente definido e fechado, seriam supostamente doze pessoas, na primeira reunião que tivemos só estavam sete, sendo que uma já foi para a aposentação, as outras estavam de baixa e, portanto, resume-se a sete assistentes operacionais. E percebemos efetivamente que a falta de recursos, nomeadamente, assistentes operacionais, estava esta situação a ser colmatada através de contratação de serviços de limpeza, através da empresa de limpeza, que coloca a tempo inteiro pessoas auxiliares ou assistentes operacionais, portanto, a ocupar essas funções e, enfim, tudo aquilo que lhes for possível fazer ou seja, não são meras equipas de limpeza que chegam a e limpam e vão embora e, portanto, daí a nossa surpresa face aos valores contratos, os quais só tivemos conhecimento após a assinatura do auto, foi perceber aqueles valores a que é que diziam respeito e, portanto, dizem respeito, efetivamente, à contratação de pessoas a tempo inteiro designadas como pessoal de limpeza, mas que está efetivamente, afeto a diversas funções, portanto, colmatando a falta de assistentes operacionais, portanto, isto é uma matéria efetivamente que nos preocupa e desde logo que também começámos este processo agora no final deste trimestre, também, de certa maneira, permite-nos preparar o futuro quer em termos orçamentais, portanto no orçamento da própria Câmara, quer no quadro de pessoal, enfim, ajustar algumas situações de forma a que possamos tranquilamente, portanto, resolver algumas questões pela falta de pessoal. -----

----- Sobre a Unidade Local de Saúde e obviamente que as surpresas vão acontecendo. Não, não posso, nem será matéria da responsabilidade do Município, nem decidir, nem tem qualquer intervenção sobre o funcionamento em si da própria extensão de saúde, portanto, isso cabe aos coordenadores da própria extensão de saúde, da própria Unidade Local de Saúde, local, extensão de saúde ou, efetivamente, sob a orientação do ACES e refiro-me sobretudo aos profissionais de saúde, aos médicos e enfermeiros, assim como o próprio trabalho dos assistentes operacionais, obviamente, que acaba por ser coordenado em cada extensão de



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saúde por cada um dos coordenadores. Sobre a Unidade Local de Saúde, portanto, aquilo que sabemos, neste momento não sabemos muito mais, sabemos que, à partida, a partir de janeiro começa a funcionar, portanto, houve legislação sobre isso que entretanto saiu, mas a estrutura, enfim, não está de todo fechada e, portanto, enquanto isso não acontecer ficamos na dúvida se, de facto, é mesmo para começar em janeiro. O que está e desde sempre ficou salvaguardado é que, efetivamente, pelo menos verbalmente e isso tem sido dito publicamente por parte do Senhor Ministro, por parte do Secretário Executivo do Serviço Nacional de Saúde, é que, efetivamente, as pessoas continuarão a ser livres na escolha, obviamente, para onde querem ir. Portanto, se as pessoas tiverem essa capacidade de o fazer, se tiverem condições digamos que mentais para o fazer, obviamente, que podem sempre escolher, a não ser que a própria unidade de saúde ou extensão de saúde chame qualquer ambulância e já tenham qualquer encaminhamento feito e eu penso que essa será a maior dificuldade, portanto, de inverter, enfim, o próprio de transporte, mas, pronto, é uma matéria que, neste momento, não há muito mais a dizer. Também não temos conhecimento sobre isto, mas com as garantias, efetivamente, que a população continuará a ser livre na escolha, obviamente, do local para onde quer ir e para onde quer ser efetivamente tratado. -----

----- Sobre a empresa transportes públicos a BusWay, a contratação de serviços, portanto, foi feita pela Autoridade de Transportes, onde se inclui o Município de Anadia, digamos que está um bocadinho aquém do esperado, embora, diga-se de passagem, já era a nossa apreensão que com o início do ano letivo as coisas pudessem não correr da melhor forma, de facto, é um processo que ainda, tem ainda caminho para ser feito, começou bem no mês de agosto mas, pronto, foi a empresa a dar-se a conhecer e os autocarros circularem, as pessoas começarem a tomar conhecimento que há uma nova transportadora, portanto, já a imagem da Transdev já não passa aqui no Concelho de Anadia. Mas, na verdade, com os horários e o cumprimento dos horários para os estabelecimentos de ensino e os ajustamentos necessários, obviamente, que estão muito aquém daquilo que é desejado e obviamente que tem que ser feito, a começar desde logo pelos passes, não há passos ainda nesta altura do ano, portanto, a própria transportadora dizia antes que não iria transportar alunos sem passes, o que é certo é que os passes não chegaram aos Municípios, aos agrupamentos de escolas para chegarem aos encarregados de educação e, portanto, ainda os alunos andam a ser transportados sem passes e, pronto, e há aqui dentro daquilo que está contratualizado há ainda muitas falhas e tem que haver muitos ajustamentos até chegar efetivamente aquilo que está contratualizado. Depois à tudo aquilo que está para além do contrato e que necessita de ser ajustado, nomeadamente, de alguns percursos que precisam de ser ajustados, de algumas carreiras que eventualmente possam ser necessárias, mas, neste momento, a empresa pura e simplesmente recusa tratar de qualquer outro processo que esteja para além daquilo que está no próprio contrato e que faz parte do caderno de encargos, portanto, primeiro colocar a operação, portanto, totalmente a funcionar de acordo com aquilo que lhes foi adjudicado e depois, enfim, fazer os ajustamentos e as negociações necessárias neste processo, sabendo nós que, efetivamente, o Município paga





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma parte, a outra é uma parte que é assumida por transferências que vêm do Estado, mas a operação não pode dar prejuízo e, portanto, por exemplo, se a bilhética não corresponder àquilo que está estipulado no caderno de encargos, obviamente, que a operadora vai pedir aos Municípios para pagarem e por aí fora e, portanto, isso é algo que tem que ser compensado. Portanto, há aqui ainda muito caminho para percorrer, esperamos que com as garantias da empresa que até ao final da próxima semana, enfim, todos estes problemas serão ajustados. Ainda ontem em reunião aquilo que nos apercebemos é que, efetivamente, se o Município de Anadia não está bem e temos que nos preocupar é connosco, efetivamente, tenho colegas que estão ainda muito piores, Concelhos que estão muito piores, porque não tinham só uma transportadora, tinham três e quatro e, portanto, ajustar tudo isso ainda é mais complicado, mas, pronto, esperamos que até ao final da próxima semana tenhamos as coisas mais regularizadas. -----

----- Sobre o Anadia Futebol Clube, o Anadia Futebol Clube ou outro clube qualquer, aquilo que o Município sempre disse e a Câmara Municipal é que, efetivamente, não nos imiscuímos na gestão dos próprios clubes, portanto, a gestão de cada um, a cada um diz respeito e aos seus órgãos de gestão, no caso deste clube que têm uma história, efetivamente, e que era bom que se continuasse a preservar e era esse também o nosso desejo e penso que de todos aqueles que são, que fazem parte deste Concelho e que embora sejam de Vilarinho do Bairro ou de Avelãs de Cima, enfim, todos tem bem presente o Anadia Futebol Clube como sendo realmente um clube mais representativo do nosso Concelho. Mas na verdade fomos deparando ou que fomos, pelo menos, sendo a interpelados com alguma a execuções, portanto, corresponde a dívidas assumidas por alguém e não pagas e, portanto, foi o Município de Anadia notificado, efetivamente, para essas execuções e como tal, enfim, foi todo um processo que se tem vindo a avolumar e, portanto, já vai na terceira ou quarta, terceira notificação de execução, pelo menos diretamente ao Município de Anadia, o que de certa forma inviabiliza, efetivamente, qualquer apoio financeiro para o clube, porque na verdade o dinheiro não chega lá, portanto, qualquer subsídio que a Câmara possa dar, portanto, terá que ser entregue, enfim, aos agentes de execução. E, portanto, também isto já vem desde a anterior época desportiva, sendo que na anterior época desportiva ainda recebeu duas tranches, a terceira já não recebeu, também é verdade este processo já existia mas também por incumprimento na entrega de alguma documentação que, efetivamente, os clubes têm que cumprir e, portanto, o Anadia foi penalizado, também já foram penalizados outros, mas o regras são assim e logicamente que houve também a falta desta terceira tranche. Neste momento ao Anadia enquanto a situação se mantiver, obviamente, que impede o Município de dar apoios financeiros. Com tudo temos dado o nosso apoio, nomeadamente, o apoio logístico, o apoio em transporte, o apoio na disponibilização de instalações, enfim, dentro daquilo que é possível, desde que não envolva qualquer transação financeira enquanto a situação não estiver regularizada e, portanto, o nosso desejo era que o Município pudesse contribuir com apoio financeiro para o Anadia o que era um indicativo que o clube estava, efetivamente, de boa saúde e, obviamente, poder fazer muito





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais e, portanto, apoiar acima de tudo a formação em todas as modalidades que o Anadia tinha e eu espero que continue a ter, portanto, desde o futebol ao hóquei e ao basquetebol. E, portanto, em resumo é a situação que está neste momento. Não é algo que efetivamente nos deixe confortáveis, claro que não, mas, efetivamente, as condições assim o impuseram. Portanto, sobre esta matéria nada mais tenho a acrescentar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra agora ao Senhor Deputado Pedro Ribeiro, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Pedro Ribeiro, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Excelentíssimos membros da Mesa, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Anadia e Excelentíssimos membros do Executivo Municipal, Excelentíssimas e Excelentíssimos colegas Deputados municipais, minhas Senhoras e meus Senhores. -----

----- Sábado passado, dia dezasseis de setembro, foram publicamente reportadas e denunciadas diversas anomalias no fornecimento de água de rede em diversos pontos do nosso Concelho. Malaposta, Urbanização do Montouro, em Anadia, Avenida Engenheiro Tavares da Silva, em Anadia, Alféloas, Vila Nova de Monsarros, Avelãs de Caminho, Rua dos Olivais, em Anadia, Famalicão, Póvoa do Pereiro, Curia, Bairro Cancela de Abreu, em Anadia e Avenida das Laranjeiras, também na cidade de Anadia, são pontos do nosso Concelho que embora díspares entre si, tiveram problemas semelhantes de baixa pressão ou até mesmo a ausência no fornecimento de água da companhia, responsabilidade do Município que certamente terão causado constrangimentos e prejuízos aqui nestes pontos habita ou trabalha. Senhora Presidente do Executivo Municipal ter-se-á certamente apercebido desta situação ou, no limite, ter-lhe-á sido este conjunto de anormalidades reportado. Conseguirá certamente aqui e agora explicar o que realmente aconteceu e de que forma estamos todos salvaguardados de situações que se em meados de Setembro, ainda verão, foram provocadas por excesso de pluviosidade, certamente serão mais gravosas nos meses seguintes de Outono e de Inverno. Mas certamente Senhora Presidente terá consigo, e repito, agora e aqui os dados técnicos e estruturais para nos elucidar devidamente. Dados técnicos e estruturais, já agora se me permite Senhora Presidente, que também poderiam ter aparecido durante este sábado, dezasseis de setembro, nas comunicações das redes sociais do Município, por forma a informando tranquilizar toda a população do Concelho. Mas não apareceram as explicações nem a população ficou tranquila e não foi por falta de oportunidade de o Município transmitir nesta tarde de sábado, via redes sociais, alguma preocupação com a gestão da água, justamente porque enquanto Anadia estava com problemas com a pressão e até a falta de água em suas casas e nos seus postos de trabalho, o Município anunciada uma conferência acerca desta temática lá mais para o Outono, lá para vinte e quatro de Novembro e até lá Senhor Presidente, podemos ficar tranquilos? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, a Senhora Presidente quer responder ou esclarecer? ----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu posso esclarecer claro que sim e dizer podemos ficar todos tranquilos? Claro que não. Nós nunca ficamos tranquilos com uma prestação de serviços públicos que nós temos que ter junto da população e, portanto, esta é sempre uma primeira preocupação, seja da água e do saneamento, por exemplo, e dos lixos. E na verdade nunca estamos totalmente tranquilos. Aquilo que se passou no sábado passado e mais preocupados do que muitas vezes estarmos preocupados com aquilo que se passa nas redes sociais. Eu vou-lhe dizer que está para ser a primeira eu estou a ouvir aqui a primeira comunicação direta sobre esse problema. Nós sabemos que existiu, mas por escrito eu não tem nenhuma, vou-lhe dizer nem chegou ao Município, mas na redes sociais, olhe eu não acompanho, eu não acompanho e, portanto, mas nós acima de tudo temos de ter as equipas técnicas e sobretudo num sábado focado em resolver os problemas e, portanto, aquilo que aconteceu é que devido à forte pluviosidade tivemos aí sistemas que dispararam, bombas que dispararam e como alguns problemas, enfim, voltados para o saneamento e com equipas, efetivamente, deslocalizadas até para resolver problemas de saneamento e que, entretanto, houveram bombas que não retomaram, faltou a energia, por momentos, houve falha, corte de energia, as bombas não ativaram logo e, portanto, tivemos uma redução efetivamente nos depósitos da água. E, portanto, identificou aí um conjunto de situações e que, nomeadamente, tem o abastecimento pelos depósitos do Monte Crasto, que foi onde se verificou esta baixa mais acentuada em termos de água e, portanto, com a descida do nível de água nos reservatórios, obviamente, também desceu a pressão e depois de estarem as bombas todas a funcionar, a seguir tivemos até outro problema que, enfim, não identificamos logo, mas que que as nossas equipas andaram até tarde, até para conseguir verificar essa situação que foi até ar nas condutas e, portanto, teve que se vazar o ar todo das condutas, as bombas foram desferradas, mas entretanto teve que se fazer, no fundo, extrair todo ar das condutas, porque as bombas estavam a trabalhar e não conseguiam efetivamente colocar, enfim, a água na devida circulação. Portanto, em situações como estas que choveu bastante, que houve trovoadas que, enfim, que houve cortes de energia, estas situações podem voltar a acontecer, desde que estamos dependentes de sistemas eletromecânicos, qualquer avaria pode acontecer em qualquer momento, portanto, não lhe direi que estaremos sempre descansados, claro que não. Um homem falha e as máquinas também falham e, portanto, aquilo que nós temos que fazer é focarmos e resolver os problemas dentro daquilo que está ao nosso alcance. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra à Senhora Deputada Sandra Queiroz, faz favor. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Sandra Queiroz, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Os meus respeitosos cumprimentos, dirigindo-me desde já ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e, em seguida, aos Senhores Secretários, à Digníssima Presidente de Câmara, aos Senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal, inclusive



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhores Presidentes de Junta, público aqui presente, público que assiste a esta assembleia por transmissão online, a todos aqueles que tornam possível a realização desta Assembleia Municipal e à comunicação social. -----

----- A minha intervenção resume-se na abordagem de dois temas, designadamente, o início do ano letivo e a residência universitária e a Escola da Bairrada. Como é habitual o mês de setembro é assinalado pelo arranque do início de ano letivo, eu gostaria que a Senhora Presidente de Câmara informasse como está a decorrer este novo início, se foram identificados alguns constrangimentos e em caso afirmativo, se já se encontram os mesmos ultrapassados ou como poderão vir a ser resolvidos. Quanto sabemos a Câmara tem-se debatido com regularidade com a frequente necessidade de dar resposta à carência de assistentes operacionais nos estabelecimentos de ensino. E, efetivamente, tem procedido no decorrer dos anos letivos anteriores a várias substituições, sendo que na maioria delas tem na sua génese situações de incapacidade temporária para o trabalho. Hoje mesmo consta do período da ordem do dia a apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da terceira alteração ao mapa de pessoal aprovado para o ano dois mil e vinte e três. Neste seguimento sou a questionar se foi garantida a presença de um número mínimo de operacionais afetos às escolas para o número de alunos matriculados neste ano letivo. A respeito da residência universitária e a Escola da Bairrada no antigo a ser instalado no antigo colégio nacional e, posteriormente, Escola Secundária de Anadia, tem sido tema de notícia nos vários órgãos de comunicação social, tendo o Município recebido no final do mês de agosto, a visita da Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elvira Fortunato, que inclusivamente teceu grandes elogios pela reabilitação já em curso do edifício da antiga Escola Secundária. Este projeto de reabilitação e de adaptação pela informação publicamente transmitida, encontra-se integrado numa estratégia e plano de ação do Executivo. O primeiro passo estratégico já foi dado pelo Município, nomeadamente aquando a apresentação da candidatura do mencionado projeto no âmbito do Plano Nacional para o Alojamento no ensino superior, sendo relevante referir que esta intervenção será financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência. O Município deu também conta que a obra no edifício da antiga escola estará concluída no segundo trimestre de dois mil e vinte e quatro e, como tal disponível para receber os primeiros alunos já no próximo ano letivo. É um projeto de elevada importância para o Concelho valoriza o que é a nossa região e o património anadiense. Recordo que este edifício antes de a propriedade ser transferida para o Município, esteve por alguns anos, à semelhança de diversos edifícios patrimónios do Estado, votado ao abandono pelo Governo, num verdadeiro grande e grave estado de degradação, tendo sido objeto de obras de melhoramento por parte do Município de Anadia após a sua aquisição. Fico satisfeita por assistir à rentabilização deste edifício, sendo certo, que pela sua localização privilegiada, pela rápida resposta das infraestruturas, quer viárias e ferroviárias que dispomos e ainda pela possibilidade destas futuramente poderem vir a ser melhoradas através do plano de expansão do sistema de mobilidade do Mondego, contribuirá, sem dúvida, para dar uma ótima resposta às necessidades



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de alojamento das universidades de Aveiro e Coimbra e estará de forma inequívoca a atrair alunos para Anadia, que passarão também a fazer aqui na nossa cidade o seu dia a dia. Da referida estratégia do Executivo foi recentemente divulgado um segundo passo que se encontra já igualmente execução e refiro-me ao desafio para a criação da Escola da Bairrada, que funcionará também no edifício da antiga Escola Secundária, que representa um projeto entre o Município de Anadia e Mealhada e o Instituto Politécnico de Coimbra e cuja oferta formativa, pelo que percebi, será de grau superior, nomeadamente, cursos técnicos superiores, credenciações e pós-graduações e que será centrada em áreas de enologia, turismo, saúde e bem-estar e desporto. Do mesmo modo o Município atrairá ao Concelho alunos, professores e colaboradores e quem sabe alguns deles poderão futuramente vir a fixar efetivamente a sua residência na região de Anadia e aqui enraizarem-se. É inegável a relevância da estratégia do Executivo para o Município. Gostaria, se possível, que sejam facultados mais detalhes sobre este alojamento, o seu funcionamento, como se fará a gestão, se servirá também para alojar alunos da futura Escola da Bairrada e que estejam deslocados e sobre o projeto da obra em si, desvendando alguns pormenores no âmbito da sustentabilidade ambiental, que é fundamental para garantir um futuro saudável. De igual forma no que concerne à criação da Escola da Bairrada gostaria de obter informação sobre o estado em que se encontra o processo, a celebração do protocolo com Instituto Politécnico de Coimbra e a duração prevista para este protocolo. E que concretize, se possível, o papel do Município identificando as suas competências. Obrigada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Deputada, quer informar Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Vou ver se não me vou perder. Ora bem, início de ano letivo e os problemas identificados, nomeadamente, nos assistentes operacionais. Neste arranque do ano letivo nós seja no arranque ou seja durante o ano, nós todos os dias temos problemas, todos os dias temos solicitações, porque, pronto, é uma lâmpada que deixa de funcionar, é o computador que avariou, é a impressora que está estragada, enfim, e todos os dias, efetivamente, temos gente, portanto, da Câmara a ir às escolas a resolver inúmeros problemas. Na situação dos assistentes operacionais que é um verdadeiro problema, porque efetivamente não se compram pessoas, recrutam-se pessoas e não é fácil, obviamente, para a Câmara enquanto entidade pública termos aqui uma bolsa para sistematicamente estarmos a substituir pessoas, é algo que não podemos fazer dessa forma e na verdade há aqui procedimentos que têm que ser tomados, tal como hoje iremos, enfim, aqui liberar sobre um dos pontos que é recrutamento de mais pessoas e, neste caso, com a possibilidade de ir a uma bolsa de recrutamento, mas tudo isto tem o seu tempo e tem os seus passos a dar. Mas na verdade o número de assistentes operacionais ou que, entretanto, pediram mobilidade, pediram licença sem vencimento, que entretanto estão de baixa, isto é quase todas as semanas e não há, efetivamente, uma bolsa que resista a esta substituição sistemática de pessoas, enfim, em todas as escolas, portanto, desde a escola sede



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Vilarinho e a todas as outras escolas que nós temos. E, portanto, esta é, de facto, uma dificuldade agora e começamos o ano letivo, enfim, com as assistentes operacionais que tínhamos, aquelas que foi possível, já recrutamos oito, ainda que vem das anteriores decisões que tomámos quer na Câmara quer na Assembleia, portanto, entraram agora oito e agora estão aqui, enfim, que mais seis se não me engano para recrutar. Mas, de facto, isto parece que não tem fim e, portanto, não conseguimos efetivamente estabilizar. Podíamos ir a uma empresa de recrutamento de pessoal para colmatar estas falhas, mas isto também implica ter um contrato, ter uma requisição, ter um contrato e depois também com acréscimo de despesa porque é uma empresa de recrutamento, temos que pagar o IVA a vinte e três por cento e isto também não se faz de um dia para o outro, porque, de facto, também as empresas não têm assim essa disponibilidade. Como nós quando vamos à bolsa de recrutamento, enfim, vamos ao quarto e o quarto já diz eu agora não posso ir e vamos ao quinto eu agora já tenho emprego e, portanto, vai por aí fora, portanto, mas é mas é a vida. Vamos tentando efetivamente, dar a resposta dentro daquilo que está ao nosso alcance., Com todas as questões que surgem sempre, quer durante o ano letivo e quer no arranque de ano letivo há sempre pequenas coisas que é preciso afinar e ajustar e problemas que vão acontecendo, sendo que na parte do pessoal é sempre a parte mais delicada, mas pronto, sem grandes percalços, enfim, as coisas estão a correr dentro da normalidade. -----

----- Sobre a reabilitação e requalificação do alojamento estudantil que tem corrido mundo, enfim, não sei porquê, isto é matéria que se calhar cria alguma perturbação e, obviamente, até muitas vezes, questionando se efetivamente Anadia está à altura para ter um alojamento estudantil. Claro que estamos à altura, fomos capazes, fizemos a candidatura, ela foi acolhida e a obra está a decorrer. E, portanto, enfim, temos aquilo que muitos ou vamos ter aquilo que muitos não conseguiram fazer e, portanto, essa é a nossa satisfação agora que as obras estão já em marcha e de uma forma mais célere até porque com algum impasse neste período, até porque um dos pisos ainda estava a ser ocupado pelas instalações do Centro de Saúde. Agora que saíram, portanto, já permite, enfim, avançar com as obras de uma forma mais rápida e, portanto, com outra programação de forma a cumprirmos, a serem cumpridos os prazos. Preocupação efetivamente já é trabalharmos, enfim, naquilo que é o documento que regule e que determine, efetivamente, a gestão, o funcionamento daquele espaço, portanto, tem que haver uma gestão própria, tem que haver um regulamento que determine as regras de admissão ao espaço. Aquilo que está previsto é, efetivamente, em primeiro lugar nós acolhermos os estudantes, os estudantes universitários, enfim, das várias idades, estudantes que podem ser da Universidade, podem ser dos Politécnicos, podem ser Erasmus, podem ser doutorandos, enfim, podem ser das escolas de enfermagem e por aí fora e, portanto, agora essa é uma matéria que tem agora que ser trabalhado em termos de regulamento da referida admissão e, portanto, termos aqui este processo de gestão. A obra em si, portanto, têm, enfim, as Câmaras que estão terminadas e que foram elencadas, portanto, no próprio projeto, quartos e camas, com a vinte e oito quartos por piso uns quartos com camas simples, outros com



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

camas duplas, outros também preparados para pessoas com mobilidade condicionada e, obviamente, com um conjunto de serviços também que poderão dispor, quer de cozinha, quer de lavandaria, quer zona de biblioteca, zona de estar e por aí fora, portanto, isso faz parte do programa funcional que determinou também o sucesso, obviamente, da nossa candidatura, porque como disse o Senhor Deputado e bem, portanto, conseguimos o mérito para estar entre muitas das primeiras e com financiamento do PRR e com a boa nova que agora também se o IVA viria a ser suportado inicialmente pela Município, também a questão do IVA será compensado, não sei se será pelo PRR ou por outra contrapartida, mas à partida será, efetivamente, assegurado também o financiamento do próprio IVA. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora Presidente apelo à sua capacidade de síntese, por favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim. E sobre o protocolo. O protocolo será celebrado entre a Câmara Municipal de Anadia e da Mealhada e o Instituto Politécnico, em princípio em meados do próximo mês, não tem duração, antes pelo contrário, é um protocolo que terá tendência é a acrescentar algo mais àquilo que já está vertido no próprio protocolo e, portanto, é assim que iremos continuar a trabalhar e, obviamente, também fazendo caminho com o Politécnico, com outras universidades, enfim, na expectativa de trazer mais além daquilo que está escrito no próprio protocolo, aquilo que consta no próprio protocolo, esperando que a partir do próximo ano e também já se está a trabalhar nisso, que a partir de março ou abril do próximo ano, portanto, já possamos ter aqui a funcionar um primeiro curso de pós-graduação na área da enologia, portanto, a funcionar no edifício do rés do chão da antiga Escola Secundária. Pronto, no espaço que têm muita área para ser ocupada e a ser preenchida. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra à Senhora Deputada Lúcia de Jesus, por favor. -----

----- **Senhora Deputada Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho Lúcia de Jesus, do +PNT:** -----

----- Boa tarde Senhor Presidente da Mesa, Doutor Manuel Pinho, Senhora Presidente da Câmara, Engenheira Teresa Cardoso, os restantes membros da Mesa, caros colegas Deputados, Presidentes de Junta, público em geral. -----

----- Senhora Presidente volto aqui a um tema já abordado na última assembleia, em que se trata do saneamento a norte de Avelãs de Caminho e questiono se há um prazo ou uma previsão para acabar a obra, portanto, do saneamento. No seguimento desta empreitada e agora falando na situação das águas, para quando a reposição dos passeios e calçadas destruídos com a obra, entretanto intervida, que agora com as chuvas apresentam-se em muito mau estado e grandes buracos. Este era um tema o outro tema seria também a situação do autocarro escolar, que não vale a pena, portanto, prosseguir uma vez que já está respondido pela Senhora Presidente. Em relação à situação da falta de água no dito sábado que foi agora



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqui referido, tenho eu a informar que, como Presidente da Junta, não tive conhecimento de falta de água em Avelãs de Caminho e, normalmente, quando há falta de água em Avelãs de Caminho é nos reportado, não me chegou Senhora Engenheira, portanto, não quer dizer que não tenha havido falta, mas quando há falta a primeira coisa que faz é ligar ao Presidente da Junta, julgo que se passa com os meus outros colegas das Juntas de Freguesia. E é tudo. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Deputada, a Senhora Engenheira quer comentar e responder. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu o que é que lhe posso dizer sobre esta empreitada? Não é daquelas que têm corrido bem. Com adiamentos, muita demora na sua execução, com a delicadeza, efetivamente, na execução da obra, até porque, efetivamente, é ao longo da nacional, mas isso o empreiteiro já sabia, que já está para além do prazo é verdade e que estamos a pressionar e demos, efetivamente, um ultimato também. Agora também me preocupa, porque isto não é só obra de saneamento, começou com a água, passou a saneamento e ainda falta muita água para fazer. Porque onde estão a chegar agora vai começar a água de um lado e de outro dentro ou melhor, no núcleo mais urbano e ao longo da nacional de Avelãs de Caminho, portanto, muito passeio para levantar e muito passeio para repor. E, portanto, aquilo que eu gostava é que efetivamente ela chegasse ao fim, gostava que ficasse concluída antes do final do ano, mas sinceramente não vejo o ritmo necessário, pese embora toda a delicadeza da execução da obra e que não é fácil porque ele transitou, enfim, com toda a problemática associada. As perfurações mais delicadas já foram feitas, agora é abrir vala e colocar a água que à partida é mais simples, apenas com a dificuldade de levantar passeios e repõe passeios. Na outra parte, portanto, houve uma parte em que eles já fizeram a reposição de pavimentos, foram também notificados para fazer reposição de pavimentos nos sítios onde deixaram para já as valas apenas em tout venam e, portanto, que fizesse a selagem das valas e neste momento é aquilo que lhe posso dizer relativamente a esta obra, se não desejando efetivamente que ela chega ao fim. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhora Presidente, dou a palavra o Senhor Deputado Luís Fonte, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PSD:** -----

----- Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhores vereadores e restantes membros da Assembleia, no seguimento do que foi explanado sobre o Anadia Futebol Clube e considerando o apoio financeiro que tem sido dado ao clube eu questiono o Executivo se está assegurado o interesse público, quer em relação à situação atual de apoio, quer em relação à situação anterior em que se faziam transferências de dinheiro para o clube? Outra questão relativamente à residência, portanto, o anúncio da residência foi alvo de alguma desinformação geral, também de alguma chacota, infelizmente, que acabam por representar alguns custos reputacionais para o Concelho de Anadia. Na nossa opinião poderiam ter sido evitados se houvesse por parte da





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara, mais informação em relação ao projeto em si, projeto não da residência, mas do que acabou de informar há momentos relativamente a um instituto ou algo sobre ensino e em relação isso eu gostaria apenas de perguntar, já foi esclarecido boa parte julgo do que é possível neste momento esclarecer, se está neste momento definido número de alunos objetivo, para nós podermos ter uma ideia sobre o impacto no Concelho, para quando, já vi que há uma primeira fase e haverá uma outra que está em discussão, portanto, os moldes, acho que já esclareceu em parte. Era isto que eu gostaria de questionar. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, que esclarecer Senhora Presidente, se faz favor? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Olhe, em primeiro lugar e relativamente à primeira pergunta que colocou sobre o interesse público, não entendo o que é que quer questionar exatamente. Sobre a nossa responsabilidade ou a responsabilidade da Câmara, obviamente, que está salvaguardada e, portanto, tomámos as decisões e as opções e, portanto, o Executivo acompanhou a informação que pôde ser transmitida e, portanto, da nossa parte estamos tranquilos. Agora a salvaguarda do interesse público eu não sei onde é que quer chegar, mas depois terá oportunidade de pedir a palavra, se calhar, e voltar ou pelo menos tentar esclarecer melhor. -----

----- Sobre a questão da residência, olhe eu não estou preocupada com a chacota, a sério, eu vou-lhe dizer uma coisa, aquele célebre programa de Ricardo Araújo Pereira, uns gostam outros não gostam e na verdade às vezes são exagerados. Eu própria já tive oportunidade de enviar uma cartinha ao Senhor Ricardo Araújo Pereira. Pronto, enfim, também um bocadinho, temos que entrar também na brincadeira. Agora na verdade olhe foi uma maneira excelente de divulgar a residência, não foi pela melhor via, mas olhe, a mensagem chegou lá e correu mundo e corre mundo, o que ainda desperta mais interesse e, obviamente, que até vai ajudando a divulgar que é uma residência em Anadia e que vai haver uma Escola Politécnica em Anadia, já saiu num programa e saiu no outro e agora no polígrafo, também daí vieram esclarecer, enfim, e por aí fora, portanto, olhe, até de uma forma digo eu barata, conseguimos divulgar, obviamente, o projeto da residência e o objetivo da residência. Agora pergunta porque é que não foi antes uma coisa e porque é que não foi outra? Há momentos em que se tem que se dizer uma coisa e há momentos em que se pode dizer e há outros momentos em que se pode dizer agora só para ser feito depois e, portanto, e é assim mas o carro andou à frente dos bois. Pois, mas se calhar, se tivéssemos dito o outro também se calhar andaríamos com o carro à frente dos bois porque ainda não tínhamos a coisa concretizada, portanto, há um sempre um tempo para tudo e uma razão para as coisas acontecerem. Havendo um instituto ou uma universidade, ou seja, o que seja, se calhar, havia também a necessidade de uma residência. Por acaso, foi aproveitar a melhor oportunidade do mundo e, no fundo, diria eu, até pela história e por aquilo que, enfim, nos deixa a própria Escola Secundária está bem entregue a uma residência universitária, é para fins de educação e se for cultura também tanto melhor e, portanto, enfim, ainda bem, digo eu, que temos este objetivo e é possível de vir a concretizar.



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sobre a divulgação, claro que para quem está não sei onde incomoda sempre, mas como é que Anadia conseguiu isto? Eu senti isto quando foi assinar, enfim, os papéis a Lisboa. Olha lá Anadia também está cá na lista? Então, mas como é? Até parece que só Coimbra ou Aveiro ou não sei quê é que podem ter. Mas também houveram Concelhos de dimensão mais pequena, como Anadia, que também conseguiram não fomos só nós. Mas na verdade, enfim, há aqui interesses, seja das universidades, sejam dos Municípios, enfim, que não conseguiram, até porque dentro de várias candidaturas algumas ficaram de fora, umas ainda vão ter financiamento agora e outras ficaram mesmo de fora, nomeadamente, de politécnicos e universidades que também apresentaram candidaturas. E as deles não ficaram e a nossa conseguiu, portanto, mérito nosso, acho eu, e nos devemos congratular por isso e oxalá, efetivamente, tenhamos aquele espaço para colocar à disposição dos estudantes. E eu já disse estudantes de todas as idades eu quando digo estudantes de todas as idades seja para os politécnicos, para as universidades, para as escolas enfermagem e por aí fora, para os de Erasmus, para os doutorandos. Agora perguntam-me quantos alunos vamos ter depois com a escola? Com a escola eu não lhe sei responder agora, neste momento, depende dos cursos e depende dos alunos que eventualmente venham a frequentar os diversos cursos. Uns podem ficar na residência e os outros podem não ficar na residência, porque a residência não é feita apenas para os estudantes, pelo menos é esse o objetivo, para os estudantes que venham para ali só para frequentar a escola, enfim, que se pretende criar ou este pólo, portanto, para isso tem que haver um regulamento que tenha de ser criado com regras determinadas e, portanto, há de ser para servir um determinado número de estudantes, sejam eles, enfim, da idade que for dentro destes níveis de ensino. E, logicamente, quanto aos possíveis cursos profissionais superiores, enfim, as licenciaturas, neste momento não há número fechado. Oxalá possam ser muitos e, portanto, ou seja, aqueles que vêm por transporte próprio, sejam aqueles que vêm pelos meios de transporte público, sejam aqueles que queiram ficar, enfim, uma coisa não depende necessariamente da outra. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, darei a palavra agora ao Senhor Deputado Rui Bastos. Desculpe não percebi? Se for curta, sim, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PSD:** -----

----- Tem a ver com a questão das transferências que houve de dinheiro, que nós sabemos normais no passado e a forma como hoje o clube está a ser ajudado, se daí não vai haver qualquer tipo de dúvida em relação interesse público. A aplicação que foi feita dessas verbas, portanto, nós estamos seguros de que não há. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- O que foi entregue antes, foi antes de nós recebermos as notificações das execuções fiscais. À partida está tudo resolvido, portanto, nós não sabíamos o que é que estava a acontecer e, portanto, só tomamos conhecimento depois de sermos notificados. Depois de sermos notificados não houve mais qualquer transferência em termos financeiros para o clube.



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Colaboração sim, numa ou noutra situação, nomeadamente, no apoio logístico que está ao nosso alcance. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado pelo esclarecimento, dou então agora a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, cumprimento-o e a todos os que estão presentes e assistem a esta sessão. -----

----- Perante o rol de perguntas que aqui foram colocadas, algumas ouvi uma resposta ser dada pela Senhora Presidente, mas, no entanto, teria que lhe colocar aqui duas. A primeira tem a ver com o alojamento estudantil, tentar perceber se já está de certa forma equacionada e sé é que o pode dizer neste momento, a localização da referida escola para a Bairrada, uma vez que fez parte de um projeto conjunto entre os dois Municípios com o IPC? A segunda questão tem a ver com os assistentes operacionais em que, mais uma vez, temos aqui uma alteração do mapa de pessoal lá mais para a frente, mas uma vez que já foi abordada esta situação e foram dadas algumas explicações pela Senhora Presidente, pode-se constatar que, no fundo, isto é para dar resposta a situações que eventualmente apareceram no momento. Mas também é certo que de volta e meia e já de algum tempo têm sido sinalizados algumas falhas, se assim se pode dizer, falta de pessoal, o que implicaria certamente mexer no rácio de assistentes operacionais que estão disponibilizados às escolas. E a minha pergunta era nesse sentido, poderá o Município ou estará o Município a prever fazer uma equacionar, no fundo, este rácio mediante uma resposta a estas situações do passado e não aquelas que pontualmente vão acontecendo, como é o caso das que falou das faltas e baixas que vão sendo dadas no momento? Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, quer responder Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sobre o Polo da Bairrada, o Polo da Bairrada, a Escola da Bairrada, onde vai funcionar? Há cursos que só vão funcionar em Anadia e na Mealhada. E há cursos que se irão complementar entre Anadia e Mealhada. Se for um curso de desporto a Mealhada tem algumas infraestruturas que nós não temos, por exemplo, uma pista de atletismo, no entanto, nós temos o Centro de Alto Rendimento, temos um campo de rugby, estes dois exemplos e, portanto, irão complementar-se. E há aulas que serão como em todos os cursos, portanto, aulas que são teóricas e aulas que serão práticas e umas serão dadas em Anadia, outras provavelmente serão dadas na Mealhada, sendo que Anadia, onde funcionará as aulas teóricas será no rés do chão da antiga Escola Secundária. Se for, por exemplo, esta pós-graduação que eu disse que à partida está tudo a ser trabalhado para começar a partir de março, abril do próximo ano, será iniciado em Anadia, neste caso em concreto esta pós-graduação, serão três meses de teórica e três meses de prática, sendo que esses três meses de prática os alunos terão prática nas empresas que os irão acolher para que possam fazer, enfim, o outro trabalho. Portanto tem componente



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prático e tem componente teórico, nesta pós-graduação será a teórica, em princípio, será Anadia a prática será em contexto de empresa, que pode ser em Anadia, que pode ser até, quicá, Cantanhede, pode ser na Mealhada, enfim, pode ser em Oliveira do Bairro, enfim, são as empresas que efetivamente também manifestarem esse interesse e, obviamente que possam integrar estes alunos para concluírem a sua pós graduação. -----

----- Sobre o rácio, quem define o rácio não é a Câmara, quem define o rácio é o Governo e há uma portaria que está para sair há não sei quanto tempo, que vem supostamente regulamentar ou atualizar o dito rácio, como também supostamente viria esclarecer se os funcionários que estão afetos às escolas podem um mão desempenhar outras tarefas para além daquilo que fazem, porque são assistentes operacionais, porque os assistentes operacionais que nós contratámos, que hoje são todos nossos, eu tenho que dizer isso são todos nossos mas há aqui estas diferenças. Aquelas que estão a escola, enfim, tem esta delicadeza até parece que só podem estar na escola, mas se faltar uma na escola vai uma daqui nem que seja uma assistente técnica para ir cobrir uma falha numa escola. Isto já aconteceu e acontece muitas vezes, é preciso uma pessoa de limpeza, não sei quê, pronto lá vai uma pessoa daquelas que já eram nossas operacionais resolver o problema à escola. Mas isto há dias também me foi colocado pela saúde também, esta ideia de que se eu sou operacional da saúde eu não vou fazer mais nada, também há esta situação e eu não vejo porquê, porque os nossos também tem que ir colmatar as restantes falhas. Mas para lhe dizer que mesmo em relação ao dito rácio que está definido e que não foi ainda atualizado, o Município está muito para além desse rácio, portanto, e mais somos nós que suportamos todos os vencimentos, nós Câmara Municipal, além daquilo que é o rácio. Porquê, porque eles só pagam dentro daquele rácio que foi determinado, tudo o que excede é a Câmara Municipal tem que suportar, portanto, e é este o ponto de situação. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, informar também o plenário que esgotados que foram o foram os minutos, tenha calma Senhor, tenha calma, que foram os minutos para o debate deste ponto, a Mesa resolveu prorrogar este tempo de forma a poder responder às inscrições solicitadas e, no entanto, continuo a dizer que deve-se obedecer a algum aspeto sintético e sucinto das perguntas e das respostas. Dou a palavra ao Senhor Deputado Marcelino Ferreira, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia Municipal na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem nos ouve nos meios sociais. -----

----- Senhora Presidente da Câmara o assunto já foi ligeiramente abordado, no entanto, a minha intervenção dizia respeito aos transportes. Neste sentido, portanto, eram três perguntas que eu desejava fazer. Sendo assim, em relação aos transportes públicos, já foi aqui abordado pela Senhora eu desejava saber se nesta altura tem dados que permitam avaliar o estado de prestação de serviços da empresa que foi contratada? Já respondeu, no entanto, eu deixo-lhe a



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pergunta. A segunda situação era o SIM, Sistema Integrado de Mobilidade de Anadia, também era uma situação que em tempo foi falado que requeria de alguma intervenção, no sentido da adequação aos meios e ao trajeto para satisfazer as pessoas. A terceira situação eram os transportes escolares que também já foram abordados, mas que eu fiquei na dúvida sobre um aspeto. Quando foi aqui na discussão do compromisso entre a Câmara Municipal de Anadia e a Comunidade Intermunicipal de Aveiro, eu se não estou em erro, não tenho presente, a cláusula dezasseis dizia que os transportes escolares eram da inteira responsabilidade os horários, a definição de circuitos, o funcionamento, a emissão de passes da responsabilidade da Câmara. Penso que era o artigo dezasseis, cláusula dezasseis, não sei se é verdade, mas se não for agradeço que me corrija. No entanto, a Senhora Presidente disse há pouco que pertencia à nova empresa gestora dos transportes Intermunicipal que fazia os transportes escolares. Ora neste sentido desejava saber se existiu algum outro protocolar que inibe a Câmara de prestar o que estava contratado em relação à cláusula dezasseis, que era o cumprimento integral e da responsabilidade dos transportes, dos transportes das nossas crianças pela própria Câmara. A gestão dos transportes das crianças pela própria Câmara, neste sentido eu também a queria questionar, porque tomei conhecimento o horário circuito que estava acordado entre o Diretor das escolas e com o Conselho Municipal de Educação que aprovaram com a Câmara, agradeço que confirme se eu estiver errado, era que às quartas-feiras e às sextas se o transporte se verificava após o almoço, para evitar uma conjugação global de crianças no agrupamento que iria prejudicar o normal funcionamento. Outra situação que também me chegou é que à data de ontem os alunos continuavam a viajar sem passes. Portanto, e agora pelo que a Senhora Presidente diz, compete à entidade gestora dos transportes a emissão desses passes. Portanto, a minha dúvida prezo que fica geralmente nesta situação. A Câmara abdicou em favor da nova concessionária desta responsabilidade ou mantém sobre a sua responsabilidade, diga-se, a execução do que estava acordado em relação à cláusula dezasseis quando foi o aqui aprovado nesta assembleia. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, queira responder Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Em relação ao SIM, pois o SIM já teve vários ajustamentos, não foi uma vez nem foras duas já houveram vários ajustamentos a fazer e como é um transporte que é contratado diretamente pela Câmara, obviamente, que nós podemos ir pedindo esses ajustamentos, que são sempre difíceis e entendíveis, porque se se agrada a uns uma vez desagrade a outros do outro e temos estas dificuldades, enfim, na gestão. Mas, pronto, já foi feito mais que uma vez esses ajustamentos e, por último, até para dar mais resposta e facilitar a vida, nomeadamente, até para algumas empresas do próprio Concelho. -----

----- Sobre a questão dos transportes escolares. Todo e qualquer para além do SIM, a Autoridade de Transportes da Região de Aveiro está sediada na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. Nós os onze Municípios, autorizamos que a Comunidade Intermunicipal da



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Região de Aveiro assumisse a responsabilidade da gestão dos transportes. O contrato que foi feito, que foi lançado, foi assinado pelos onze, o concurso e o contrato também foi assinado pelos onze. Eu agora não tenho aqui o ponto dezasseis não lhe posso responder. Agora aquilo que está e por nós Anadia e por qualquer Município, não é a Câmara que emite os passes, os encarregados de educação podiam era vir à Câmara solicitar o passe ou então, em alternativa, a Câmara pode indicar um outro ponto onde os encarregados de educação ou os alunos possam solicitar o passe e, em concreto, quem ficou, enfim, esse ponto de pagamento de passes até está na Papelaria Lita que de início não começou logo bem mas depois teve a formação e, portanto, é onde os alunos e os encarregados de educação podem, efetivamente, hoje qualquer outra pessoa, não é os encarregados são as pessoas, as pessoas da comunidade podem adquirir os passes. Agora, não é a Câmara que emite os passes, quem emite os passes é a operadora. Os passes podem chegar, eu estou a falar dos transportes escolares, é sempre operadora que vai emitir os passes, no caso das pessoas da comunidade querem um passe vão à Papelaria Lita e requerem o passe. Se for os transportes escolares O próprio encarregado de educação vai a plataforma e, portanto, requer o passe, enfim, para transportar. Até agora os passes, antigamente os passes até eram entregues ao Agrupamento de Escolas e depois os Diretores de Turma acho que os faziam chegar aos alunos. Nesta situação em concreto os passes não chegaram à Câmara, a nenhuma das onze, porque não há passes ainda e, portanto, também a Câmara nem sequer pode chamar os Encarregados de Educação para os entregar diretamente, nem os pode entregar ao Diretor do Agrupamento porque não há passes. Portanto, não somos nós Câmara Municipal que faz os passes, quem faz os passes e quem nos há de entregar os passes é, efetivamente, a operadora. E, portanto, relativamente a essa situação não sei o me perguntou mais relativamente a essa questão, sobre os passes é o que está, agora se me diz assim, mas isto já está o levantamento todo feito, ouça as necessidades ou as deficiências são inúmeras, da nossa parte, de cada um dos onze, aliás, na próxima semana foi pedido um relatório de ambos os lados para confrontar, até para ver se isto bate certo entre aquilo que chega de um lado e aquilo que chega do outro, mais a própria operadora para ver se conseguimos, efetivamente, chegar a bom porto e ter estas situações sanadas, portanto, é aquilo que se me oferece dizer neste momento relativamente a essa situação, que é igual aos onze Municípios que estão integrados aqui nesta Autoridade Regional de Transportes e, obviamente, que assinámos este contrato com a única empresa que apareceu, basicamente. ---

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhora Presidente, darei a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, faz favor. -

----- **Senhor Deputado Municipal Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito boa tarde. Obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa e da Senhora Presidente da Câmara cumprimento todos os presentes, bem como os que nos acompanham via internet. -----

----- No passado dia oito do corrente a Senhora Ministra da Habitação, conjuntamente com Senhor Presidente do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e a Senhora Secretária de



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estado da Habitação, visitaram a Quinta do Rangel, em Ancas, onde a Câmara está a construir um complexo habitacional que permitirá brevemente o alojamento dezasseis agregados familiares. A Senhora Ministra pôde constatar localmente o andamento da obra, em plena laboração, questionado os técnicos locais e da empresa responsável pela obra podendo esclarecer eventuais dúvidas. A Senhora Ministra e todos os presentes puderam em seguida conhecer através de uma exposição muito clara e bem documentada, toda a Estratégia Local de Habitação da Câmara de Anadia, que vai muito para além dos dezasseis fogos em construção, pois há outros projetos distintos, em distintas fases de projeto ou candidatura e que, a título de exemplo, menciono os vinte e um fogos em Sangalhos ou a reabilitação de algum edificado, como a construção da casa abrigo em Aguim, reabilitando a Casa dos Castilhos propriedade da Câmara. Foram ainda mencionados outros projetos que pensamos ser exemplo do cuidado e preocupação que o Executivo camarário tem com o problema da habitação, afinal, um problema nacional como referiu a Senhora ministra. O conjunto de projetos mencionados na Estratégia Local de Habitação poderá, a curto prazo, ajudar a resolver ou mitigar o problema da habitação em Anadia e possibilitar a fixação de novos residentes, nomeadamente, de jovens que possam ajudar a dinamizar a economia local tão necessitada de mão de obra. O conjunto de projetos é tão basto que os que aqui referi dão uma pequena imagem, mas suficiente, para podermos afirmar que o trabalho do Executivo camarário está no bom caminho. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, a Senhora Presidente quer tecer algum comentário? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu só gostava só de ainda dar uma resposta ali ao Senhor Deputado Marcelino Rasga, quando perguntou sobre o Plano de Transportes. O Plano de Transportes foi apresentado em reunião de Câmara e foi apresentado em Conselho Municipal de Educação, foi chumbado apenas pelo Agrupamento de Escolas de Anadia, porque não concordou, efetivamente, com os horários que lhes foram apresentados. Mas o Agrupamento de Escolas de Anadia sabe desde há muito, mas há muito, mas há muito, quais eram os horários que estavam definidos para o transporte dos alunos, escolares, e, portanto, essa indicação foi dada. Mas obviamente que no interesse do Agrupamento e pelas questões de horários e por outras razões que também não interessa agora referir aqui, entendem que tem que ter um horário idêntico aquilo que aconteceu no período de covid, que é, as turmas eram desfasadas e, portanto, tínhamos ali autocarros, enfim, a passear, porque ia buscar estes alunos e buscar os outros. Essa realidade deixou de existir e, portanto, não acontece nem em Anadia, nem acontece em nenhum dos Concelhos dos onze Municípios, como ainda ontem tive a oportunidade de questionar. Não há duplos transportes ao almoço e à tarde, porque na verdade não é possível, não é comportável, nem para fazer os horários que temos neste momento nós temos resposta, de autocarros, de motoristas, etc, e depois há aqui uma outra situação que tem a ver, obviamente, com a questão orçamental e com aquilo que foi contratualizado. Agora, o horário dos transportes não é do desconhecimento, mas desde há muito do próprio Agrupamento de Escolas, foi comunicado, portanto, foi dada essa indicação.





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agora, eu percebo que o próprio Agrupamento, enfim, na defesa e no interesse, obviamente, quiçá dos alunos, mas também dos professores, gostaria que houvesse outros horários, mas isto não é possível, o horário para todos, não é possível, é incomportável, para além que não há autocarros e não há motoristas, portanto, só para dar essa nota e essa referência. -----

----- Sobre o Senhor Deputado Dino Rasga, penso que já elencou, enfim, tudo aquilo que foi apresentado e a oportunidade que tivemos excelente de ter a Senhora Ministra da Habitação, mas também a Senhora Secretária de Estado e, obviamente, também o Presidente do Conselho Diretivo do IHRU que, obviamente, para além de tudo aquilo que fizemos, para além de tudo aquilo que estamos a fazer, a oportunidade de lhes também comunicar aquilo que eles também podem fazer e utilizar aquilo que é o património público do Estado, mas também ajudar os Municípios, nomeadamente, o Município a trabalhar em outras áreas e em outros projetos tal como foi referido e que, com certeza, oportunamente, teremos oportunidade de fazer algumas reuniões de trabalho, portanto, a penas acrescentar esta nota a tudo aquilo que foi apresentado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Engenheiro, a exemplo de a Senhora fazer um reset relativamente a uma coisinha, voltamos um bocadito a atrás, faz favor Senhor Deputado Marcelino. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhora Presidente obrigado pela atenção. A minha preocupação é simplesmente pedir o seu empenho para que as coisas funcionem melhor no Concelho. Esta situação do bem-estar das nossas crianças, dos seus pais e companhia é preocupação minha e todos na vida e daí a razão que eu lhe pedia que mantenha o mesmo empenho em que as coisas funcionem bem no Concelho de Anadia, pode ser uma voz à parte dentro da comunidade, mas aja sempre no sentido da satisfação das nossas populações. Obrigada. -----

----- **Senhor Presidente das Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Fernandes.

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arcos e Mogofores Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP: --**

----- Muito boa tarde a todos presentes e online. Senhora Presidente o Executivo da Junta de Freguesia de Arcos e Mogofores enviou há dias um comunicado para o ACES Baixo Vouga, Ministério da Saúde, ARS Centro e Serviço Nacional de Saúde com conhecimento da Câmara Municipal, onde lamentamos e contestamos o fecho da Extensão de Saúde de Mogofores. Gostaria de saber se a Senhora Presidente sabe de mais alguma novidade sobre a situação. Relativamente a problemas com em água no fim de semana passado é só para informar que não tivemos conhecimento formal ou informal de qualquer anomalia na Junta de Freguesia. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

-----Muito obrigado Senhor Deputado, relativamente a esse e é só um comentário meu que nada tem de depreciativo, é relativamente foi Freguesia, foi as Instituições de saúde e a Câmara Municipal e vem-se discutir isto aqui para a Assembleia Municipal, penso que ou está pouco



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desfasado no tempo ou na forma, de qualquer das formas eu dou a palavra à Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só dizer também para que não hajam dúvidas que, obviamente, a minha pessoa e, obviamente, o Executivo a clara vontade é que não haja problemas e portanto, nesse sentido tentamos fazer o melhor possível e com todo o empenho e com toda a dedicação, para que tudo funcione e, obviamente, não hajam, enfim, todas as questões que se levantam, mas nas questões de escola, como eu costumo dizer, a escola somos todos nós. É a Câmara Municipal, são os professores e são os assistentes operacionais e são os alunos e são as associações de pais e os encarregados de educação, enfim, todos temos que trabalhar para o mesmo, todos temos que ter a compreensão e a colaboração no sentido de percebermos, enfim, as dificuldades e não é só reclamar, reclamar, reclamar, porque não há uma solução para cada situação e, portanto, há aqui deliberações, há aqui decisões que são transversais e que, obviamente, tem que ser no interesse conjunto, no interesse global do próprio Município. Mas obrigada Senhor Deputado com certeza que o Senhor também já me conhece há muitos anos e, obviamente, sabe que a energia e a força não me faltam para, efetivamente, me dedicar com toda a convicção e com toda a determinação, obviamente, pelas muitas causas. -----

----- Ao Senhor Deputado Fernando Fernandes tenho que dizer que aquilo que já lhe disse, não tenho conhecimento de mais nada, para além daquilo que já tive oportunidade de transmitir, a extensão de saúde de Mogofores está encerrada, não está fechada ou melhor se está encerrada definitivamente não foi comunicado nada à Câmara Municipal. Aquilo que foi comunicado à Câmara Municipal é que a partir do dia um de setembro nós tínhamos que pagar o aluguer das instalações ao Senhorio. Portanto, foi a única situação que nós tivemos e, obviamente, que se continuar, enfim, com a porta fechada teremos que questionar, enfim, as entidades se efetivamente é para continuar a manter a porta fechada, então não vale a pena continuar a pagar renda e temos que saber as razões porque é que efetivamente continua encerrado, portanto, como eu não tenho essa informação para já. Temos que porque já foram passados vários dias, teremos que questionar porque, efetivamente, além de estar encerrado temos estes custos e ainda pagar o aluguer ao Senhorio, se continuar a aceitar o valor da renda que tinha com a própria ARS. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado César Andrade. Para que efeitos Senhor Deputado? Faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arcos e Mogofores Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP:** --

----- Ó Senhor Presidente da Assembleia eu trago o problema aqui porque eu acho que estes problemas têm que ser discutidos aqui na Assembleia. O Senhor está a pôr em causa o local onde, o local está a ser discutido eu simplesmente trouxe à Assembleia, não dei conhecimento à Assembleia Municipal como na Assembleia de Freguesia, porque estou para já porque ainda não



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tivemos Assembleia de Freguesia, mas estou a dar presentemente também conhecimento que fizemos um comunicado a esta gente toda, porque é esta gente que tem que se interessar mais pelo problema. São eles que vão ter que resolver o problema das pessoas de Mogofores e o Senhor está-me a criticar por eu ter apresentado aqui um problema. Eu acho que é aqui que nós temos que apresentar os problemas, não é andar a dizer lá fora e nos jornais, é aqui para tentarmos todos juntos conseguir chegar a algum lado. -----

**----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----**

----- Muito obrigado. O que eu quis dizer e mantenho é que essencialmente o Senhor não apresentou problema nenhum. O que o Senhor fez foi perguntar à Senhora Presidente como é que estava aquilo da extensão, não disse nada. Portanto, não há aqui compreensão ou pelo menos penso eu, podem estar perfeitamente muito mais inteirados disso à cerca do problema que é. Que eu quero saber e passo mais ou menos a citar de uma forma assim bocado pela rama, eu quero saber como é que nós, como é que está o caso de, é preciso que nós saibamos qual é o caso de. E é isso que eu estou a dizer que houve um relacionamento com as instituições de saúde e com a Câmara Municipal no âmbito da saúde e com todas as competências que a assembleia de Freguesia e o Presidente da Junta de Freguesia têm só que quando se chega aqui tem que se dizer o que é que se passou, para depois pedir mais alguma informação, mas primeiro tem que se informar. Ok e foi só essa a base. -----

**----- Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arcos e Mogofores Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP: --**

----- O Senhor Presidente está a dizer para nós termos sucintos. Eu tenho aqui o comunicado e era para transmitir, mas por tempo não o transmiti e não o pus ao corrente. Só isso mais nada.

**----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----**

----- Pronto, foi sucinto de mais, quer dizer então não é, pronto, Ok muito obrigado. Vamos então passar a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, faz favor. -----

**----- Senhor Deputado Municipal César Andrade, do Grupo Municipal do PSD: -----**

----- Senhor Presidente da Mesa muito boa tarde, à restante Mesa igualmente e vereadores e a todos os restantes presentes nesta assembleia. -----

----- Eu apenas queria um esclarecimento, se fosse possível, sobre o programa BUPI. Verifica-se que se continua a proceder à marcação, ao registo, ao desenho, entre aspas, de terrenos fora da área administrativa da Freguesia onde estão registados, pelos próprios individualmente ou através da Câmara Municipal de Anadia. É um processo que deve ser corrigido, pois continuará com o erro de os terrenos estarem implantadas numa Freguesia, mas registados noutra. Se há alguma forma de bloquear este processo, isto é só possível fazer o registo no BUPI, se o terreno estiver em implantado nessa Freguesia. Isto é bloquear o acesso à área administrativa de outra Freguesia, a fim de obrigar os proprietários a corrigir o erro do registo mal feito e fazendo este registo por esta correção gratuitamente. Hoje há Freguesias beneficiadas e outras bastante prejudicadas. Se não se fizer nada o programa BUPI continua a ser algo de errado. Eu pergunto se a Câmara se tem algum poder ou algo ou através do Governo, através da gestão ou



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

planeamento territorial de alterar esta situação, porque o processo começa a ser o erro continua a persistir e cada vez pior, porque um dia mais tarde quando as pessoas se quiserem fazer algo nesse terrenos, têm que pagar para que essa correção seja feita. É só e obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, faz favor, Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Pois aquilo que pode ou podia ser um bom programa que o Governo definiu que era, enfim, aqui uma forma de nós finalmente podermos ter um cadastro do território tem estes inconvenientes. Na verdade, isto é uma plataforma que nós aceitamos, obviamente, e que que foi apresentado pelo próprio Estado, mas na verdade nós não temos intervenção nessa matéria. Como também lhe posso dizer que toda a informação que vai para lá é da inteira responsabilidade de cada um dos proprietários. Até porque há proteção de dados, enfim, há sigilos não sei das quantas, hoje temos toda esta coisa e mais alguma e, portanto, é o funcionário, seja aqui ou noutra lado qualquer, ele só ajuda, mas a marcação ou o quer que seja é da inteira responsabilidade do proprietário e se ele não sabe tem que trazer alguém que saiba e que indique, porque não é o funcionário deste lado que vai dizer olhe é por aqui ou por ali. Mas eu estou a perceber o que é que o Senhor Deputado está a colocar e penso que é daquelas questões que são pertinentes e que até, enfim, até devem ser colocadas. Numa altura em que, enfim, até já está a ser renovado o próprio programa, que supostamente haverá continuidade não no financiamento, para já haverá quebra, mas que supostamente haverá uma candidatura para o futuro e eu vou-lhe dizer que nós, nós Câmara Municipal e se calhar muitos Municípios, obviamente, iremos continuar com este processo que está começado e vamos continuar com este processo, mesmo assumindo os encargos, enfim, de quem está, obviamente, a colaborar connosco nestes registos. Havendo essa possibilidade de durante X tempo as pessoas poderem gratuitamente registar os seus terrenos. Mas esse eu reconheço que pode ser um problema sério, como pode ser um problema sério, em determinados momentos quando alguém chegar aqui para marcar o seu terreno e já não caber lá. Quando o puzzle estiver para fechar, já não cabe lá, também pode ser um problema sério, portanto, efetivamente, este é um programa que enferma de algumas situações que necessitam efetivamente de ajustamentos. Aquilo que pode e disse pode e podia ser uma mais-valia, pode vir a ter alguns constrangimentos no futuro e, obviamente, quando as pessoas chegarem quicá os últimos para registar os seus terrenos e marcar lá, já não tem espaço para eles. Mas, pronto, é um problema que há de vir, mas que, enfim, também com o nosso receio, mas continuo a dizer a informação que é colocada é da inteira responsabilidade dos proprietários, agora pertinente é, obviamente, a observação e registamos e, obviamente, iremos partilhar também essa preocupação. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, muito obrigado Senhora Engenheira, dou a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, adiantando que estamos a terminar já o tempo compensatório,



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto, síntese, essencialmente. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e os que assistem à distância. -----

----- Três notas, primeiro um agradecimento à nossa comunidade toda que esteve com a Freguesia, com a população no incêndio registado no dia doze de agosto. O Comandante dos Bombeiros, Proteção Civil, GNR, a abordagem musculada inicial, técnica, de meios disponíveis, foi, sem dúvida alguma, um caso de sucesso, sem esquecer também o apoio das associações deste Conselho que fazem parte do Programa Operacional Municipal e que muito ajudaram, portanto, neste combate. Aos populares que estiveram muito eficientes, estão mais conscientes, mais respeitadores das indicações dadas por quem comanda e também mais assertivos para com a logística e as questões de trânsito, porque muitas vezes o problema tem a ver com a mobilidade dos meios de combate. Também queria deixar enquanto Freguesia porque sofri na pele a questão da ausência de um médico na Freguesia, a completa solidariedade para com a população de Mogofores, porque, sem dúvida alguma que a ausência deste tipo de serviços, perturba a qualidade de vida e a promoção da saúde dos seus cidadãos. E porque estou numa palavra de agradecimento, deixar aqui um agradecimento público também à médica que foi colocada na nossa extensão do posto de saúde e que tem demonstrado uma clara apetência, dedicação e disponibilidade para com o serviço que está a prestar. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, quer comentar Senhora Engenheira. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Acho que o Senhor Deputado explicou bem e, obviamente foi, foi conciso e foi claro objetivamente na mensagem que quis transmitir. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barbosa, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Muito obrigado, de facto, estou a falar já na altura em que o tempo urge, de maneira que cumprimento todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e dos restantes, para não estar a demorar mais tempo. -----

----- O assunto que eu vou colocar muito rapidamente ainda está ligado a várias intervenções relacionadas com as obras na Escola Secundária e com a sua futura utilização. Efetivamente, primeiro congratulo-me que, efetivamente, as obras estejam a decorrer e que possam vir a ter uma utilização útil para o para o Município, para os munícipes e para a Região. Falou-se já aqui que, efetivamente, ao longo do processo houve várias inflexões, desde inflexões anteriores, portanto, para aquele espaço foi falado durante algum tempo num centro de artes ou uma escola de artes performativas, penso que essa que era a palavra. Depois já no decorrer desta assembleia ou do mandato desta assembleia falou-se e foi, digamos, aceite de que seria para



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma residência universitária destinada a alunos das universidades de Coimbra e de Aveiro. Aí começaram as dúvidas a surgir e agora, inesperadamente, há uma outra inflexão que diz que também vai funcionar, não é substituir, a Escola da Bairrada através de um acordo entre o IPC de Coimbra, portanto, o Instituto Politécnico de Coimbra, mais o Município de Anadia e o da Mealhada. Ora bem, provavelmente estas inflexões todas levou origem aquela célebre chacota que já foi aqui referida, efetivamente, sobretudo nos canais televisivos, trouxe Anadia para o primeiro plano. Eu quando falo com colegas meus que sabem que eu vivo em Anadia, todos me falam logo nesta situação, às vezes o ridículo dá, tem efeitos positivos, mas, efetivamente, houve aqui um conjunto de inflexões e de falta de informação, se calhar até, já explicou a Senhora Presidente que, às vezes, o segredo é a alma do negócio, mas a verdade é que gerou-se uma certa confusão que deu origem a tudo isto. Portanto, ultrapassada a situação eu gostaria de saber o que é que vai caber como responsabilidade ao Município de Anadia no funcionamento da Escola da Bairrada. Que responsabilidades assume, com certeza não é o pagamento dos docentes, o que é que será então? Por último, já agora gostaria de saber se há uma parte da antiga Escola Secundária que ainda não foi alvo de nenhuma intervenção. O que é que se prevê para o futuro para essa parte ainda não intervencionada? Muito obrigado pela pelas informações que me possa dar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, a Senhora Presidente quer esclarecer? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Para só dizer ao Senhor Deputado que eu não lhe chamaria nem inflexões, nem diria que aquilo que foi na televisão foi chacota. Depende, eu diria até publicidade gratuita, digamos que chegámos longe quem. Portanto, depende da forma como nós quisermos, efetivamente, fazer o registo, obviamente, dessas comunicações. E dizer-lhe que não foi por acaso que a residência universitária começa no primeiro andar, e vai para o segundo andar e deixamos o rés chão livre, não é? Se calhar, enfim, seria mais olhe porque é que não começou cá em baixo? Não, começou lá em cima no primeiro andar e no segundo andar, porque, efetivamente, conseguimos e isto se o Senhor chama inflexões, eu digo aproveitamento das oportunidades. É quando tivemos o edifício na nossa posse e se o tivemos que o pagar e bem, trezentos e sessenta e tal mil euros que pagámos ao Estado para ter aquele espaço do Município, tivemos oportunidade de investir no rés do chão e colocar lá as forças de segurança. Investimos no primeiro andar e colocámos lá a saúde, já lá gastámos muito dinheiro, obviamente, com estas situações todas já lá vão já perto de um milhão de euros só com estas adaptações que tivemos que fazer e agora que servem também para mais alguma coisa fora a empreitada que está em curso. Mas nunca não se lhe pode dizer que há inflexões, ficou sempre em aberto, obviamente, tudo aquilo que dissemos e não negamos tudo o que dissemos e tudo aquilo que vamos continuando a fazer e a trabalhar para que algo mais vá acontecendo. Quase um piso, um piso tem quase mil metros quadrados, mil metros quadrados dá para muita coisa e cabe lá muita coisa no edifício mais antigo. Okay, porque depois ainda temos aquele espaço todo que ainda não foi mexido, que



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ainda não foi intervencionado, que era a antiga ampliação da Escola Secundária e que é uma área imensa e cabe há muita coisa, portanto, temos que ter criatividade, inovação, aproveitamento das oportunidades e também, obviamente, dinheiro para continuar a investir e ajustarmo-nos às melhores oportunidades que possam aparecer, mas nunca lhe chama inflexões, porque não há inflexões, há sempre determinação naquilo que tivemos sempre em mente e vamos continuar a trabalhar por que as tais coisas de que fomos falando, possam vir a acontecer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Esclarecimento? Pedido? Mas repare uma coisa, mas relativamente a que ponto? Agora este último ponto? Faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, tem havido aqui alguma preocupação e alguma deturpação destas flexões ou inflexões, eu vou deixar só aqui um esclarecimento para as pessoas pensarem neste tipo de intervenções. Alguém sabe quantos quilómetros fica Peniche de Leiria? Tem uma Escola Superior, tem residência? Não. Alguém sabe a quantos quilómetros fica Chaves de Vila Real? Tem um pólo dotado. Alguém sabe a quantos quilómetros fica Ponte de Lima de Viana do Castelo? Ou Elvas de Portalegre? É só para fazer este esclarecimento. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Vamos finalizar este ponto dando a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, tentarei ser breve, só para dar aqui um pedido de esclarecimento relativamente à matéria da Estratégia Local de Habitação e das soluções e, no fundo, as respostas que foram aqui elencadas para ir ao encontro do da calendarização no fundo das funções do objetivo da Estratégia Local de Habitação, nomeadamente, os vinte e um fogos em Sangalhos e a reabilitação de edificado. Fiquei sem perceber se isto, efetivamente, se destina a habitação indigna, se destina para dar resposta à fixação dos jovens ou ambos. E depois esclarecer também que o plano de transportes, no Conselho Municipal de Educação, não teve o voto contrário apenas do Agrupamento, mas este propósito apenas gostaria de lhe voltar a referir que fosse feita uma atualização de atas a nível dos Conselhos Municipais, nomeadamente, da Educação que não tem nenhum, nenhuma ata disponível e até a própria constituição já está muitos desatualizada e também as atas relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, o único que ainda está mais ou menos em dia ainda é o Conselho Municipal da Juventude. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, quer dizer alguma coisa Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu não sei se tenho alguma coisa a esclarecer, porque o Senhor Deputado como na sua





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção disse que queria fazer um esclarecimento, portanto se ele esclareceu eu não tenho nada para esclarecer, não é? Ai pediu um esclarecimento. Pronto. Então se me permite Senhor Presidente da Assembleia eu vou esclarecer. Eu acho que foram apresentadas diversas situações, eu acho que foi tudo bem claro, diversas soluções, quando falamos de Estratégia Local de Habitação, em concreto, e nós naquilo que estamos a fazer são para resolver as situações de habitação indigna no âmbito da Estratégia Local de Habitação, com intervenção direta do Município. Mas os privados também podem recorrer no âmbito da Estratégia Local de Habitação ao primeiro direito e candidatarem-se também para fazer a requalificação de habitações. Depois temos uma outra situação que já foi aqui referida para um outro programa da Bolsa Nacional de Alojamento Temporário, enfim, e outro tipo de habitação porque também, enfim, temos que pensar que a falta de habitação é para vários estratos sociais e, portanto, por isso equacionar diferentes soluções. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, damos assim por terminado esta apreciação e intervenções dos Senhores Deputados municipais, passando ao **Período da Ordem do Dia**, começando, como é normal, o **ponto um: apreciação da informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal**, faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Ó Senhor Presidente eu deixo, estou disponível se houver algum pedido de informação relativamente ao documento que cada um, com certeza, deve ter nas suas mãos e deve ter lido atentamente, cá estarei para prestar os devidos esclarecimentos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Fernando Fernandes, faz favor. ----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arcos e Mogofores Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP:** --

----- Boa tarde mais uma vez. Senhora Presidente da Câmara sobre as obras do Monte Crasto gostaria que nos informasse do ponto atual da situação, parece que dá a sensação que estão paradas. E ainda só uma coisa sobre a residência estudantil, não se esqueçam que há quarenta e cinco anos, não sei porquê tanta admiração, há quarenta e cinco anos nós tínhamos uma residência estudantil. Só isso. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente da Junta de Arcos e Mogofores. Senhora Presidente de Câmara quer informar o Senhor Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim e já agora só acrescentar que por acaso foi a Câmara que tomou conta desse edifício, que fez as obras e que hoje deu, está a ser utilizada, enfim, para outras entidades, também foi a Câmara que, efetivamente, pegou nesse imóvel. -----

----- Relativamente às obras do Monte Crasto não estão paradas, estão numa fase delicada de



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alguns acabamentos que carecem um bocadinho, enfim, de mais algum cuidado, não tem uma equipa, enfim, excecional, como nós gostaríamos que estivessem muito mais pessoas, mas obviamente que com as pessoas que estão vão andando naqueles acabamentos, que eu já disse delicados e complicados e outras coisas que entretanto vão surgindo e outros desafios também que se vão colocando. E, obviamente, até à própria Junta de Freguesia, mas teremos oportunidade de falar com certeza. Não tenho mais nada a acrescentar de momento Senhor Presidente, senão que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia com certeza que irá aperceber-se quando é que a obra estará concluída, até porque ele é um bom fiscalizador das mesmas. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, colocar aqui três questões relativamente à atividade da Câmara Municipal. Somos informados pelo Departamento de Ambiente, Equipamentos e Infraestruturas que decorre a empreitada relativamente à Zona Industrial do Vale do Salgueiro e sobre esta matéria não só será pertinente perguntar se o prazo de conclusão está dentro do que foi inicialmente previsto, mas também se entretanto o Município tem recebido muitas propostas por parte de empresas a manifestar o seu desejo de se estabelecerem no nosso Concelho? Depois, perante o anúncio que decorre a empreitada da remodelação do parque infantil do Centro Escolar de Anadia, perguntar-lhe se está equacionada uma cobertura há muito tempo solicitado por alguns encarregados de educação, no fundo, para proteger as crianças das situações climáticas, especialmente o sol, que muitas vezes passa? E por último, somos informados que já se encontra adjudicada e a iniciar a empreitada relativamente à requalificação e ampliação da pré-escolar da Poutena ou Jardim de Infância da Poutena. Uma obra que como sabemos tem sido apontada como necessária ao longo dos anos e que viu finalmente a sua inclusão até na última revisão da carta educativa que nós aqui aprovámos. E relativamente a esta matéria o que lhe perguntava é em julho, desculpem um junho-julho, sim, em início de julho o município anunciava que iria proceder à adjudicação da empreitada para a sua ampliação e com um prazo de execução de três meses, num espaço que é da propriedade do Centro Social, Cultural e Recreativo da Poutena e com o qual celebrou um contrato de comodato. Duas questões relativamente a esta matéria. Primeiro, se este prazo está em vias de ser realmente cumprido e o segundo é neste contrato que foi celebrado, entretanto, de comodato, perceber que períodos e condições é que foram estipuladas. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, Senhora Presidente faz favor de tecer os comentários e responder. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Apetece-me dizer, está a ver Senhor Deputado, o Senhor vota contra, mas depois tem um interesse enorme por estas obras todas que vão sendo feitas, não é? Dizer-lhe que



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relativamente ao Vale Sagueiro, tal como à Zona Industrial de Amoreira da Gândara, as duas obras das duas maiores zonas industriais que temos neste momento em expansão e que estão em curso, está-me a falar nos prazos, uma começou em junho, julho e, portanto, está dentro do prazo e de forma acelerada. E a Zona Industrial de Amoreira da Gândara começou, se não me engano, esta semana ou na semana passada, portanto, a movimentação de terras e, portanto, está em curso. Relativamente a empresas para a zona industrial A ou para zonas industrial B ou para qualquer outra zona, nós quase todas as semanas recebemos empresas, enfim, para se instalarem, com as suas propostas, com os seus projetos, umas são adequadas outras não são adequadas, outras sabem que têm de esperar e, pronto e neste momento, relativamente a estas duas zonas industriais que são propriedade da Câmara e só posso falar por estas que são propriedade da Câmara, estamos a preparar os regulamentos que determinam, obviamente, a ocupação dos espaços, para além daquilo que foi determinado nos respetivos planos de pormenor e depois, enfim, a seu tempo é que se irão disponibilizar os referidos lotes para venda. E, portanto, entretanto as empresas, aqueles que nos procuram, procuram outras alternativas ou sabem, efetivamente, com o que poderão contar, sendo que terão que vir sempre licitar os respetivos lotes. -----

-----Sobre o Centro Escolar de Arcos, para além do passeio que foi feito nas traseiras e junto ao parque verde que eles têm da parte de trás, do Jardim de infância, aquilo que consta desta empreitada foi a regularização dos pisos e o parque infantil. -----

----- E sobre a requalificação do Jardim de Infância da Poutena aquilo que está previsto é que a obra possa estar concluída até final deste ano, ano de dois mil e vinte e três e que, eventualmente, em janeiro, os meninos já possam ocupar as novas salas, portanto, é isso que está determinado, é isso que conversámos também com a empresa, que está estipulado no próprio caderno de encargos. E no contrato de comodato não há condições há apenas a disponibilidade do Centro Social da Poutena aceitar, obviamente, a ocupação daquele espaço, que continuará a ser do Centro Social da Poutena e, portanto, irá disponibilizar esse espaço enquanto funcionar, efetivamente, o Jardim de Infância da Poutena, portanto, naquele espaço. Portanto, não tem duração e, portanto, também não tem quaisquer outras condições, se não se algum dia o Jardim de Infância deixar de existir, obviamente, que o espaço continuará a ser do Centro Social, Cultural e Recreativo da Poutena. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra agora ao Senhor Deputado Carlos Correia, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, sendo a minha primeira intervenção quero cumprimentar o Senhor Presidente, a Senhora Presidente da Câmara e todas as pessoas direta ou indiretamente envolvidas nesta assembleia. -----

----- É para a Senhora Presidente da Câmara e a minha pergunta tem a ver com a rotunda de Aguium e saber, no geral, como é que decorreu a interligação com as Infraestruturas de Portugal



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na execução desta obra. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu diria que de uma maneira geral, oxalá tivesse funcionado de forma tão eficaz, tão eficiente e de forma tão célere até ao início, antes do início da obra, como foi durante a execução da obra. Na verdade, após a assinatura do contrato, portanto, o acordo de colaboração entre o Município e as Infraestruturas de Portugal, temos tido o acompanhamento, nomeadamente, na execução desta obra pela equipa de Infraestruturas de Portugal Norte, que acompanharam esta obra, que fiscalizaram a obra e, portanto, que fizeram e foram fazendo um ou outro ajustamento necessário, com a nossa fiscalização, mas sob a responsabilidade deles e, portanto, e que depois tem uma outra situação com a devida autorização da equipa que está em Lisboa. Portanto, de uma maneira geral correu bem a obra, foi feita num prazo, enfim, muito bom. Faltam apenas algumas situações que já foram reportadas, nomeadamente, a falta de placas e eu já transmiti isso também ao Senhor Óscar, portanto, o lugar de Vila Franca não está lá a placa, enfim, Aguium também reclamou a placa do campo de futebol, mas a que lá estava também acho que não estava autorizado, pronto, mas isso é outra questão que eles têm que aceitar e, portanto, neste momento está a obra rececionada, se está pago ao Município, por enquanto não. Mas, pronto, aguardamos pelo menos está feita e o compromisso, obviamente, que será paga e, portanto, dinheiro há de chegar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, aqui no relatório e foi também abordado já na última assembleia a questão relativa ao protocolo de colaboração entre as Freguesias e as associações, no âmbito da promoção das ações de vigilância florestal nos territórios rurais, nomeadamente, nas Freguesias da Moita, Vila Nova e Avelãs de Cima. Gostaria de questionar a Senhora Presidente sobre o balanço, já que em princípio no próximo fim de semana teremos o final desta época. Portanto e de certa forma saber em que moldes é que se vai finalizar ou não no final do mês ou, como em anos anteriores, se haverá necessidade de prolongar os meios, quer logísticos, quer financeiros neste caso. A segunda questão tem a ver com um agradecimento também da Freguesia ao espaço público do parque de lazer, nomeadamente a piscina e o trabalho que tem sido feito com o Município, desde as reuniões de preparação da época balnear, até aos requisitos para a abertura do espaço, os cuidados e o acompanhamento por parte de todos. É um espaço que vamos continuar a privilegiar, sem dúvida alguma, na medida em que tivemos mais de quatro mil visitas durante a época a este espaço e, portanto, nada é dito no relatório e presumo que poderá num próximo vir indicações relativamente a este processo.



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tenho dito. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Senhora Presidente, faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim, eu começo desde logo pelo último e agradeço, obviamente, ao Senhor Presidente da Junta recordar porque na verdade trata-se de uma infraestrutura que está num espaço que a Junta de Freguesia, efetivamente, têm a gestão do mesmo, portanto, no fundo toma conta, mas, na realidade, para que esta infraestrutura esteja disponível para a população, obviamente, tem o apoio e disponibilidade do Município e a colaboração também dos nossos técnicos municipais. E, portanto, daí que, por vezes, fazemos tanta coisa, mas também como diz aqui na informação as mais relevantes, não quer dizer que essa não seja relevante, é importante, efetivamente, e ainda bem que acrescenta. -----

----- Relativamente ao balanço das associações florestais, como sempre temos oportunidade de poder entre todos fazer esse dito balanço, mas até agora e felizmente e face às ocorrências que foram quase nenhuma até esta data, eu diria que e de uma maneira geral, também a experiência que as Juntas de Freguesia e o próprio comando, as nossas equipas técnicas e, obviamente, as pessoas que também algumas delas já são repetentes, têm relativamente a estes circuitos e à vigilância que é feita, que eu acho que é bastante positivo e, portanto, terei que dizer que, felizmente, até agora, o verão correu bem no nosso Município e, portanto, a área ardida é mínima. Mas eu não gosto de falar antecipadamente, porque em dois mil e dezoito, os grandes incêndios aconteceram no mês de outubro e, portanto, às vezes até tenho algum receio de antecipar e esperando, obviamente, e desejando que esta chuva que entretanto chegou e bem e que para além de acrescentar algo mais aos níveis freáticos também mais alguma humidade e, portanto, é benéfico, obviamente, ter estas condições climatéricas. Mas na próxima semana teremos novamente altas temperaturas e, portanto, ainda estamos aqui, enfim, no limite para decidir o que é que vai acontecendo e tentando perceber mais alguma coisa relativamente ao mês seguinte, se houver necessidade de prorrogar como sempre fizemos, o Município, obviamente, irá cobrir efetivamente essa diferença às associações florestais, portanto, que conosco têm colaborado, conosco Câmara e com as Juntas de Freguesia, portanto. Para já e da perceção de todos é positivo, porque, efetivamente, temos tido um ano sossegado e esperamos que assim termine. E, portanto, que não hajam ocorrências graves. Isto também é aquilo que é a nossa perceção. Verificamos que por um lado, deste lado as coisas têm andado mais ou menos calmas, mas que, por vezes, há assim umas outras coisas que acontecem para poente e as nossas atenções tem que estar em todo o lado, porque temos uma fiscalização mais apertada de um lado, mas temos que estar atentos àquilo que se passa mais a poente. E já agora também dar esta nota e ainda ontem na reunião da Comunidade Intermunicipal, vamos ver se o concurso corre bem, finalmente será lançado também o concurso da videovigilância, que irá permitir também fazer este cruzamento de informação com aquilo que já está instalado na CIM de Coimbra e depois, enfim, mais a nascente também com



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os outros Municípios e, portanto, cobrindo efetivamente melhor a nossa Região de Aveiro. Portanto e fazendo este cruzamento de informação da videovigilância, obviamente dos respetivos postos de vigia. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Damos então por terminado este ponto um do período da ordem do dia e passamos desde já ao **ponto dois: eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, enquanto delegado ao Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e um outro Presidente de Freguesia, que ficará como substituto**, isto obedece aos estatutos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e, portanto, vai ser feita essa mesma eleição. Indago junto do plenário qual é qual é a forma porque querem fazer este tipo de eleição? Nominal ou por lista? Portanto passo já a fazer essa pergunta. Mas eu tenho que perguntar a todos por lista ou nominal. Quem vota por lista primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila. Mesa. Quem se abstém primeira fila, cinco. E, portanto, num universo, penso que votaram todos no universo de e a Mesa que vota por lista. Sim Senhor, mas e bem, trinta pessoas, está certo, portanto foi aprovado por maioria com vinte cinco votos a favor e cinco contra o que, portanto, contra perdão, abstenções, pelo que eu desde já convido os proponentes de listas para que procedamos à eleição. Apresentamos então, entrou aqui na Mesa uma proposta do MIAP em que propõe para delegado ao vigésimo sexto Congresso da Associação o Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, José Manuel Oliveira Carvalho e como seu substituto o Presidente da Junta de Freguesia de São Lourenço do Bairro, Mário Severo de Matos Marinho. Vamos considerar isto a lista A. Não havendo mais propostas faremos então a votação por ordem de membros da Assembleia, pelo que convido Manuel José Santos Pinho, Nuno Ricardo Portovedo, João José Gaspar, Fernando Augusto Barbosa, Anabela Monteiro, Carlos Correia, Graciete Crasto, Vítor Tavares, Luís Fonte, Marcelino Rasga Ferreira, Sandra Marisa Silva, Arménio Cerca, Rui Manuel Bastos, César Andrade não está, António Rafael Timóteo, Ana Cristina, Pedro Pina Ribeiro, Ana Paula Allen, Dino Augusto Rasga, Henrique Lameirinhas Rodrigues, Lúcia de Jesus, José Manuel Carvalho, Manuel Augusto Neves, Artur Domingos Salvador, Mário Severo de Matos Marinho, Bárbara Dias Martins, Carlos Dinis Torres, Ema Paula Dias Pato, Fernando Adelino Pina Fernandes, Óscar dos Santos Ventura. Terminada a votação peço aos Senhores Secretários que abram a urna e façam a contabilização. -----

----- A proposta apresentada foi aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor e sete votos em branco, tendo sido eleitos, como Delegado e substituto, respetivamente, ao XXVI Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, José Manuel Oliveira Carvalho, e o Presidente da Junta de Freguesia de São Lourenço do Bairro, Mário Severo de Matos Marinho, ambos do Grupo Municipal do MIAP, tendo a votação sido realizada por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3 do art.º 50.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia. -----

----- Passaremos então ao **ponto três** do período da ordem do dia. Pelo que peço alguma atenção e que ocupem os seus lugares. **Apresentação, discussão e votação da proposta da**



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Câmara Municipal da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, para onde dois mil e vinte e quatro, de acordo com o estabelecido no RAMA. -----**

----- Dou assim, dou assim a palavra o plenário, faz favor. Não havendo, não havendo necessidade da apresentação e da discussão, passaremos então a votação deste ponto. Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. e, portanto, e num universo de trinta votantes e no uso da competência estabelecida na alínea b) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, com trinta votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano 2024, encontrando-se cópia em anexo à presente minuta, da qual faz parte integrante. Aquando da votação não se encontrava presente o Senhor Deputado Municipal César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, do Grupo Municipal do PSD. -----

----- Passaremos então ao **ponto quatro: Apresentação, discussão e votação da proposta Câmara Municipal da fixação da percentagem de participação no IRS para vigorar no ano dois mil e vinte e quatro, conforme o Regimento.** -----

----- Intervenções que porventura queiram fazer. Dou a palavra ao Senhor Deputado Vítor Tavares, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Vítor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Boa tarde Senhor Presidente, Doutor Manuel Pinho. Boa tarde Senhora Presidente da Câmara, Engenheira Teresa. Permitam-me que em nome de Vossas Excelências cumprimente todas as pessoas presentes, bem como as que nos acompanham nas redes sociais e os funcionários do Município que aqui se também se encontram presentes. -----

----- Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, a lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, mais concretamente no número um do artigo vinte seis da referida lei, os Municípios têm direito, em cada ano, a receber até cinco por cento do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho, relativamente aos rendimentos do ano anterior, tendo em conta a coleta líquida das deduções previstas no número um do artigo setenta e oito do Código de IRS. Da análise dos Municípios vizinhos, em concreto doze, temos Águeda com zero por cento, Aveiro com cinco, Cantanhede com cinco, Ílhavo com quatro, Mealhada com dois por cento, Mira cinco por cento, Oliveira do Bairro dois por cento, Vagos dois e meio, Coimbra cinco por cento, Viseu quatro por cento, Santa Comba Dão quatro vírgula quatro por cento e claro, Anadia com três por cento. Pelo que apenas quatro Concelhos têm uma taxa inferior, que é o caso de Águeda com zero por cento e Mealhada e Oliveira do Bairro com dois por cento e finalmente Vagos com dois e meio por cento. Dos duzentos e noventa e seis Concelhos do País em que se conhece a referida taxa, o Concelho de Anadia encontra-se na posição oitenta e cinco, como o Município que mais IRS devolve aos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho. O Município de Anadia em dois mil e vinte e quatro teria direito a receber uma receita total prevista no valor de um milhão duzentos e oitenta e dois mil e





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quatrocentos euros, mas abdica a favor dos sujeitos passivos residentes em dois mil e vinte e três o valor de quinhentos e doze mil novecentos e sessenta euros, ou seja, os tais dois por cento. Desta forma, prevê-se arrecadar cerca de setecentos e sessenta e nove mil quatrocentos e quarenta euros, o que corresponde aos três por cento da taxa de participação. Trata-se de uma posição responsável, tendo em conta o equilíbrio orçamental, em conjugação com uma atitude de sensibilidade social. Esta medida é uma das muitas que o Executivo tem tido em conta, de forma a melhorar as condições financeiras dos seus habita habitantes. Não há qualquer dúvida que o Executivo se preocupa com o bem-estar das pessoas residentes. Termino Senhor Presidente e obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais nenhuma intervenção passarei então à votação. Faz favor Senhor Deputado, mas tem que levantar o braço. Eu sei que também já são horas de quase de ir dormir. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito boa tarde a todos. A minha posição em relação a este assunto não é nova. Eu acho que aqui é o sítio ideal para se dar um sinal político, que o Município e que a nossa posição deve ser de ajudar em tempo, em tempo de vacas magras, que estamos já a viver e vamos provavelmente ter um ano económico bastante mau no ano de dois mil e vinte e quatro. Acho que era um sinal a Câmara ter ido no sentido certo, mas, mas acho que é possível fazer mais, acho que estes setecentos e sessenta e oito mil euros que a Câmara arrecada eram geridos melhor pelas famílias, a quem vão fazer falta certamente, porque isto é a classe média que paga estes impostos e a classe média neste ano que estamos a viver e no ano próximo e, provavelmente, nos próximos três ou quatro anos vai ter acrescidas dificuldades em lidar com, portanto, o aumento da inflação como assunto que é a ordem do dia, as prestações, nomeadamente, no crédito à habitação. Embora a Câmara tenha já nos passados mandatos vindo a baixar a sua participação no IRS, que é possível fazer melhor, é possível ir de encontro como a Câmara de Águeda zero por cento e o financiamento há de vir de outras, de outras formas. Agora acho que era um sinal bastante positivo, se nós pelo menos baixássemos mais alguma coisa esta taxa. Não digo para zero, mas que fôssemos no sentido de também darmos algum sinal que a Câmara também se preocupa com estas famílias da classe média, que estão a sofrer e que vão sofrer ainda mais no ano seguinte. E pronto, isto é a minha declaração de voto, não é novidade, tenho sido assim todos os anos, mas, pronto, obrigado. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Presidente quer tecer algum comentário? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Obviamente que há liberdade de voto e é a opinião expressa aqui do Deputado Rafael Timóteo. Mas não podemos é só olhar para os Concelhos vizinhos quando nos dá jeito, porque ele tem um determinado valor. É bom que a gente não esqueça que o Concelho vizinho tem zero aqui, mas tem uma percentagem máxima noutra imposto e, portanto, no somatório, o



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Município de Anadia só nos impostos abdica, só nos impostos e nos quatro que estão aqui hoje em cima da Mesa para deliberação, abdica de dois milhões, quinhentos e três mil, oitocentos e setenta e cinco euros. Depois, o Concelho vizinho, não tem de certeza absoluta alguns benefícios e eu não vou aqui elencar outra vez tudo o que o Município de Anadia tem e que, obviamente, são a favor dos agregados familiares, portanto, isso tudo, abdicando aqui, abdicando ali, abdicando acolá, é muito dinheiro que efetivamente o Município já tem de abdicar por opção, com muito contributo, com muita ajuda às famílias. E também não esquecer que estamos neste momento a tomar uma decisão e um orçamento de Estado que não está provado e ainda não sabemos o que é que nos vai propor no próximo ano, nomeadamente, no ajustamento das taxas de IRS. Claro que isto será aplicado relativamente aos rendimentos de dois mil e vinte e três, mas nós não sabemos ainda o que é que o Orçamento do Estado nos vai trazer ou o que é que nos vai surpreender, efetivamente, para o próximo ano e, portanto, nós vamos buscar o dinheiro todo, mas depois é assim, há bocadinho estávamos a falar na rotunda de Aguim, mas o dinheiro ainda não está cá, a Escola da Moita, provavelmente, irá ser apoiada, pois é, mas o dinheiro não está cá, para fazer as outras obras todas que andam em curso, claro que o PRR paga tudo, mas é depois, primeiro paga o Município e depois paga o PRR, portanto, temos que ter, obviamente, este cuidado de gestão, para além das derrapagens que existem nas transferências de competências, nas transferências de competências quer na educação quer na saúde e que são claras. E depois, obviamente, também não pode faltar, enfim, também alguma coisa para temos as outras componentes, nomeadamente, as culturais, as desportivas, enfim, as sociais e as recreativas também, também fazem falta para nós aliviarmos, obviamente, o nosso bem-estar. E é só, muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Vítor Tavares, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Vítor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Só para dizer que a Engenheira já elencou um conjunto de benefícios que a população de Anadia tem, para tudo é necessário haver equilíbrio e não esqueçamos também e apontou o exemplo de Águeda ter zero por cento na participação de IRS, mas não podemos esquecer que em termos de água o Município de Anadia tem um custo muito mais baixo comparado com Águeda, isto para não elencar outras situações e termino. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Ok, muito obrigado. Senhor Deputado Rafael Timóteo diga-me? -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obviamente que a minha posição não é uma crítica direta à política do Executivo e muito menos eu quero comparar com Águeda ou seja, eu apenas disse Águeda porque Águeda realmente abdica completamente da receita em prol das pessoas que trabalham no Concelho. A minha, digamos assim, a minha ideia é sempre a mesma. Eu sei que a Câmara tem que ir buscar fontes de receita a todo o lado. Agora quando nós vemos os sinais do Governo central



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que são sempre o contrário, é criar mais taxas, mais receita e aumentar sempre a carga fiscal, nós podemos fazer pouco, é verdade porque isto é muito pouco, é muito pouco, é muito pouco abdicar mais zero vírgula cinco por cento ou de um por cento ou dos dois que a Câmara abdica. A verdade é esta é que as pessoas vão passar dificuldades e cabe às entidades públicas, obviamente que a Câmara é apenas uma gota de água neste grande oceano de impostos. Cabe às entidades públicas dar um sinal que também vão apertar o cinto um bocado, porque nós todos vamos ter que apertar o cinto, o País inteiro. E quem ainda não se apercebeu disso, não sabe, nós vamos enfrentar a maior crise económica dos últimos vinte anos desde que temos euro, agora no ano que vem. É preciso que as pessoas se lembrem disto e é preciso, obviamente toda a gente para apertar o cinto e a minha a minha ideia é só seria bom darmos um sinal para ver se alguém lá de cima começa a abrir os olhos e também aperceber-se que isto não se pode continuar a taxar sempre os mesmos, que é as pessoas, os ricos, os que ganham mil euros e agora pelos vistos até os que ganham o salário mínimo vão começar a pagar, pronto, mas nem digo isso. As pessoas que ganham mil euros, que são ricos deste país e que pagam os impostos que nós temos aqui, apesar, apesar de tudo, somos um País rico, pelos vistos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Luís Fonte. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PSD:** -----

----- O grupo parlamentar do PSD vai aprovar o que está a ser proposto, mas gostaria de qualquer forma de substanciar. Isto é, é claro que é da responsabilidade do Executivo estas propostas e nós acreditamos que elas são baseadas naquilo que será o orçamento para vinte e quatro, para conseguir não só relativamente ao orçamento, mas também àquele que é o programa da Câmara Municipal e do movimento que apoia. Aquilo que nós consideramos é que faz todo o sentido que seja definido pelo Executivo, o que é que devem quais são os valores, desde que seja para cumprir com aquilo que é o orçamento que ainda não o conhecemos, mas que acredito que esteja a ser desenhado assim como o programa que apresentaram. E é tudo. -

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais intervenções, passarei então à votação do ponto quatro que é discussão e votação, neste caso só votação, da proposta de fixação da percentagem de participação no IRS para o ano dois mil e vinte e quatro. Primeira fila, quem vota a favor, segunda fila, quem vota a favor, terceira fila, quem vota a favor. Desculpe que já está a votar a outra fila. Volto a perguntar terceira fila, quem vota a favor, quarta fila, quem vota a favor, Mesa. Portanto falta nos dizer quem se abstém: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila. Votos contra, quem vota contra, segunda fila, e portanto, num universo de trinta e um votantes e no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP Manuel



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José Santos Pinho, Nuno Ricardo da Costa Portovedo, Anabela Fernandes Monteiro, Carlos Delfim de Almeida Correia, Vítor Manuel Santiago Tavares, Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, Arménio de Almeida Cêrca, Ana Paula dos Santos Alves Allen, Dino Augusto Ferreira Rasga, José Manuel Oliveira Carvalho, Mário Severo de Matos Marinho, Carlos Dinis da Silva Torres, Ema Paula da Silva Dias Pato, Fernando Adelino Pina Fernandes e Óscar dos Santos Ventura, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD Mário Augusto Carreira Heleno, João José Rodrigues Gaspar, Graciete da Piedade Seco Vaz de Castro, Luís Miguel da Silva Ferreira da Fonte, Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva e Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues, dos Deputados do Grupo Municipal do PS, do Deputado Municipal do PCP e da Deputado do +PNT, um voto contra, do Deputado Municipal António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP e uma abstenção, do Deputado Municipal César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD, aprovar a proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS, para vigorar no ano de 2024, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Passamos então ao **ponto cinco** deste período da ordem do dia: **apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de lançamento da Derrama referente ao exercício de vinte e três e a ser cobrado em vinte e quatro, conforme estipula o RAMA**. Ora, dou a palavra desde já ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, permita-me reforçar que é com agrado que vejo esta medida ser agora concretizada, depois de seis anos, no fundo, de sensibilização para aposta também neste mecanismo, enquanto medida capaz de vir a promover o desenvolvimento económico do Concelho, tal como tem vindo a ser justificado pelos Municípios vizinhos e perante os valores apresentados pela Senhora Presidente, relativamente à verba que é despendida pelo Município no conjunto de destas medidas, não posso deixar de lhe perguntar, está certo que passa a haver uma redução para empresas, sobre o lucro de empresas que apresentem um valor de negócios abaixo de cento e cinquenta mil, mas as que apresentem um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil ela aumenta zero vinte cinco por cento, ou seja, parece que foram feitas contas e o que gostaria de saber, no fundo, é que variação é que nós vamos ter aqui, face aos valores arrecadados da derrama noutros anos. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Queira responder Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- O que lhe posso dizer mais ou menos que isto é tudo por estimativas não é, portanto, teremos uma diferença de derrama de dois para o ano seguinte de sessenta mil euros, mais ou menos, mas isto são apenas estimativas, okay. E, portanto, do valor que deixamos de receber das empresas com um volume de negócios até cento e cinquenta mil euros, portanto, anda na ordem dos dez mil euros, até dez mil euros. Com este acréscimo do valor da percentagem sobre as empresas que têm um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros vem de



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

certa maneira compensar e até ficar ligeiramente acima do valor que iríamos receber se tivéssemos tudo à percentagem de zero cinco. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Dou a palavra o Senhor Deputado Dino Rasga, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Este ponto cinco agora em discussão, a Derrama, tem merecido em anos anteriores alguma discussão e foram sendo apresentadas ideias individuais para que o Concelho de Anadia possa ser mais atrativo para novos empresários. Alguns afirmam que este imposto não tem grande significado para os mesmos para os empresários pelo seu valor e porque, de facto, de só pagar quem, de facto, efetivamente têm lucros. Portanto, este imposto é só aplicável sobre os lucros da empresa e já seleciona quem o tem que pagar. Embora fosse muito bom que todos tivessem de o pagar, era sinal que tinham lucro. Há empresas e gestores que tem uma visão, diria mais humanista, e consideram que se a empresa tem lucro isso deve-se a todos os envolvidos na empresa, isto é, aos investidores, gestores, mas também aos trabalhadores. Eu conheça algumas em que foi definida uma espécie de derrama interna, chamo-lhe assim vulgarmente apelidada de décimo quinto mês, retirada dos lucros alcançados. Há outros atores que anonimamente participam nos lucros das empresas, refiro-me naturalmente aos clientes que somos todos nós. A entregue à gestão Municipal de uma parte dos lucros vai permitir que possam ser melhorados alguns serviços e possíveis outros que o Município presta e esta verba, embora pequena, como é referido, ajudará o Município nesse desiderato. Este ano, no entanto, temos uma alteração que permite a isenção às empresas que, embora o tenham lucro, tenho um volume de negócios reduzido. Como se tornava necessário definir um patamar, considerou-se o limite máximo de cento e cinquenta mil euros de lucro para essa isenção. Este valor poderá abranger uma faixa considerável das empresas do Concelho. Naturalmente que poderá ser pouco significativo, mas é um sinal que o órgão autárquico está atento e ativo, transmitindo esse sinal para os novos investidores, ao mesmo tempo que apoia os já existentes e, para além de outras vantagens que o Concelho lhe pode oferecer, não lhe vai cobrar a derrama e que lhe deseja que, no futuro próximo, venham a pagar porque atingiram o sucesso. Assim, penso estarem reunidas as condições para que esta assembleia aprove a proposta apresentada pela Câmara Municipal. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo. -

----- **Senhor Deputado Municipal Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito boa tarde. Eu penso que o colega Dino cometeu ali um pequeno erro, que teve a ver com estava a dizer que a isenção ou a baixa seria para as empresas com lucros superiores a cento e cinquenta mil euros. Acredito que houvesse para aí três empresas no Concelho de Anadia que pagassem isso. E então neste ano se calhar nenhuma. Pronto será volume de negócios, que é uma coisa um bocadinho diferente. De resto a minha intervenção é exatamente



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

igual, há que dar sinais. Foi dado aqui um pequeno sinal para as empresas que estão a começar, é óbvio, mas as maiores empresas este ano também vão precisar e essa redistribuição que eu penso que é, obviamente, que é justa e as empresas que dão lucro já pagam impostos, pagam muitos impostos, pagam muitos encargos, e se nós queremos que as empresas grandes se instalem em Anadia, as que realmente dão algum lucro, temos que dar algum sinal, algum sinal que nós aqui damos uma vantagem mais que aos outros todos. Damos uma vantagem para essas empresas virem para aqui e fazerem aqui o negócio deles. É só isso. E acho que quanto mais assim o fizermos mais emprego vamos ter e, sem dúvida nenhuma, por pouco que seja estamos numa altura que é preciso dar esses sinais positivos a quem quer realmente fazer o País andar para a frente e criar emprego e, no fundo, criar riqueza e depois dessa riqueza há de ajudar a pagar tudo e mais alguma coisa e melhorar a vida das pessoas. Muito obrigado. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Portanto, não havendo mais nenhuma intervenção agendada, passarei a pôr à votação a proposta da derrama, 0,5, à votação: primeira fila, quem vota a favor, segunda fila, quem vota a favor, terceira fila, quem vota a favor, quarta fila, quem vota a favor, Mesa. Quem vota contra: segunda fila. Quem se abstém: segunda fila, e, portanto, e num universo de trinte e um votantes e no uso da competência estabelecida na alínea d) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com trinta votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP Manuel José Santos Pinho, Nuno Ricardo da Costa Portovedo, Anabela Fernandes Monteiro, Carlos Delfim de Almeida Correia, Vítor Manuel Santiago Tavares, Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, Arménio de Almeida Cêrca, Ana Paula dos Santos Alves Allen, Dino Augusto Ferreira Rasga, José Manuel Oliveira Carvalho, Mário Severo de Matos Marinho, Carlos Dinis da Silva Torres, Ema Paula da Silva Dias Pato, Fernando Adelino Pina Fernandes e Óscar dos Santos Ventura, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Deputados do Grupo Municipal do PS, do Deputado do PCP e da Deputado do +PNT, um voto contra, do Deputado Municipal António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de lançamento de Derrama, referente ao exercício de 2023 e a ser cobrada no ano 2024, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----  
-----Iniciamos desde já o **ponto seis: apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da fixação das taxas relativas ao IMI, com referência ao ano de dois mil e vinte e três e a liquidar em dois mil e vinte e quatro**, pelo que passo a palavra ao plenário. -----

----- Dou a palavra então ao Senhor Deputado Carlos Correia. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente. Uma vez mais, o Executivo Municipal apresenta uma proposta para fixação da taxa de IMI no limite mínimo legalmente admissível, ou seja, de zero



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vírgula três por cento para os prédios urbanos, beneficiando assim os munícipes e as empresas do nosso Concelho. Em relação aos prédios rústicos, a lei impõe que a taxa seja de zero vírgula oito por cento. Ainda no claro objetivo de incentivar a natalidade, ajudar famílias e a fixação das mesmas no nosso Município, propõe o Executivo a redução da taxa do IMI dos prédios urbanos, em vinte, quarenta ou setenta euros, consoante a composição do agregado familiar seja, respetivamente, de um, dois, três ou mais dependentes. Os prédios urbanos degradados deverão ter uma majoração de trinta por cento, continuando dessa forma a aplicação de uma necessária e justa política habitacional e ambiental. A prossecução desta política implica o ter de se comunicar à Autoridade Tributária e Aduaneira quais os prédios ou frações autónomas devolutas, para efeitos de aplicação do agravamento da taxa para o triplo. Também se propõe e bem, fixar uma redução de dez por cento na taxa de IMI para os prédios com eficiência energética. O Executivo propõe ainda uma redução de vinte cinco por cento na taxa de IMI a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor Municipal ou património cultural. Finalizo referindo que ao constatar que esta proposta é inquestionavelmente defensora do interesse dos munícipes, merece ser aprovada por esta assembleia. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor.

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Julgo que o meu colega Carlos Correia deu motivos mais que suficientes para justificar uma medida que, no fundo, vai de encontro de uma época em que se tenta promover o uso efetivo da habitação devoluta. No entanto, não posso de referir mais uma vez que fica de fora destas medidas, deste conjunto de medidas, o suposto agravamento da taxa de IMI nos prédios devolutos localizados em zonas de pressão urbanística, conforme o artigo cento e doze B. Valor esse que temos que ver que viria a Juntar ao bolo que seria destinado às políticas habitacionais que o Município tem vindo a desenvolver para, no fundo, colmatar as carências habitacionais. Mas relativamente ao ponto que aqui foi referido que faz parte da proposta, que é a comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira, a pergunta que lhe queria colocar Senhora Presidente era, no fundo, tentar perceber qual a percentagem de prédios, se é que é possível, ou frações autónomas devolutas no Concelho ou então nas Freguesias onde há maior incidência destes casos, até para futura confrontação de dados com as áreas de reabilitação urbanas, as tais seis áreas de reabilitação urbana que entretanto foram aprovadas também nesta assembleia. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Com licença aí Senhor Doutor. Senhor Doutor João Paulo dê-me licença se faz favor. Não é, não há mais intervenções. Depois há mais intervenções. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Eu não sei se a Engenheira quer dar resposta à intervenção anterior, acho que houve aqui algum desfasamento entre no normal funcionamento. De qualquer maneira a minha intervenção





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é muito simples, esta é uma forma que eu acho criativa e bastante justa de colmatar se calhar outros impostos que na minha opinião deviam baixar. Os edifícios devolutos e nesta época que nós que atravessamos, onde há uma crise profunda na habitação, mas isso não é só de agora, nem vai acabar amanhã, mas é este o tipo de sinal que nós devemos dar. As pessoas que são proprietárias de edifícios e muitos deles em ruína e a causar problemas de segurança até, a serem forçadas realmente a dar alguma utilização ou a venderem a quem realmente quer fazer deles alguma coisa. Este aumento, esta majoração vai num sentido positivo, mas acho que neste caso é o contrário. Neste caso devemos carregar nos impostos das pessoas que têm os edifícios e que ou fazem alguma uma coisa deles ou vendem a quem realmente quer fazer alguma coisa deles. E aqui sim, aqui temos que carregar nos impostos e, se calhar, a majoração de trinta por cento, na minha opinião, é pouco, devia ser duzentos por cento ou trezentos por cento e assim talvez as pessoas resolvessem o problema da habitação sem precisar de tanta intervenção estatal, porque estavam assim obrigadas a tomar mais atenção realmente às propriedades que têm. Muito obrigado, de resto, acho que sim, acho que a Câmara neste ponto faz um esforço enorme para realmente não sobrecarregar as famílias com mais este imposto, estamos no mínimo, orgulhoso ser de Anadia, pagamos o mínimo que podemos pagar, obviamente que este problema dos prédios devolutos não vai ser resolvido só com isto, mas é um sinal, é um sinal e acho que política é exatamente isso, é dar sinais daquilo que nós pretendemos para o nosso Concelho. Muito obrigado. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Engenheira quer comentar? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Comentar e ao mesmo tempo aproveito para dar a resposta ao Senhor Deputado Rui Bastos que não tenho neste momento a informação precisa nem sobre os prédios devolutos nem sobre os prédios em ruínas, porque há aqui algumas diferenças. De resto o agravamento que está são para os prédios, obviamente, estejam em pressão urbanística ou não estejam em pressão urbanística, é no seu todo, portanto, é aplicado de igual forma. Depois porque temos público presente, público que está em casa, é bom que se diga que se estes impostos que hoje estamos aqui a tratar não é o Município que os cobra, no fundo, é a autoridade tributária que os cobra, nós só estamos a definir as taxas, a fixar as taxas de acordo com a lei, as taxas ou as percentagens, porque depois a autoridade tributária que os cobra e, obviamente, que depois devolve um determinado valor à Câmara Municipal. Isto porque, às vezes, as pessoas lá fora dizem a Câmara está a cobrar o IMI e a Câmara devia não cobrar o IMI, mas é que nós mesmo que quisésemos, não podíamos deixar de cobrar o IMI. Porque, de facto, é a lei e, portanto, o Estado assim obriga que nós temos de cobrar o IMI e nós só estamos aqui a fixar dentro da lei, aquilo que é para nós, o que consideramos mais justo é, no fundo, a menor percentagem possível de cobrança sobre os prédios, portanto, dos quais, enfim, as pessoas são proprietárias. Portanto, não podemos, efetivamente, abdicar deste imposto, porque a isso somos obrigados é de cobrar as taxas. Podíamos cobrar as taxas máximas, mas aquilo que estamos hoje aqui a



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

propor e, nomeadamente, nesta questão em concreto do IMI, as taxas mais baixas possíveis que a lei permite e ainda, obviamente, o benefício para os agregados urbanos, os aglomerados urbanos, desculpem, em função dos seus descendentes, portanto, com a percentagem ainda ou com o valor que está também determinado por lei, possível também de poderem aliviar esse peso em função, enfim, do valor atribuído ao desconto de um filho, de dois filhos ou de mais. Portanto, que fique bem claro que aquilo que estamos a fixar aqui são taxas, estamos no limite daquilo que a lei nos permite e, obviamente, aquilo que iremos fazer depois de aprovado qualquer uma delas, será comunicada às respetivas entidades, nomeadamente, à autoridade tributária que é quem cobra os impostos e depois, enfim, faz a transferência para a Câmara em função do valor que nós aqui ou da percentagem que nós aqui determinamos. -----

----- Sobre a questão do agravamento das casas devolutas, enfim, eu sei que poderia ser uma boa medida, mas, enfim, até já se discute se é constitucional ou não é constitucional. Enfim, e por aí fora e, portanto, também não podemos ser mais papistas que o Papa e, portanto, há caminho, efetivamente, aqui a fazer. Agora o que também não há dúvidas é que com a pressão que está a haver em termos de habitação, não faltam aí imobiliárias e papelinhos na caixa do correio a perguntar vocês querem vender, nós estamos cá para ajudar, portanto, enfim, há muita gente interessada em comprar, haja disponibilidade, efetivamente, das pessoas poderem vender de acordo com um preço que consideram que é que é justo e razoável. E, portanto, deixo apenas aqui esta nota. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Não havendo mais inscrições para abordagem deste ponto número seis. Procedemos então à votação da proposta da Câmara Municipal da fixação das taxas relativas ao IMI. Portanto, pelo que eu pergunto primeira fila, quem vota a favor, segunda fila, quem vota a favor, terceira fila, quem vota a favor, quarta fila, quem vota a favor, Mesa, e num universo de trinta e um votantes e no uso da competência estabelecida na alínea d) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de fixação das Taxas relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) com referência ao ano de 2023 e a liquidar no ano 2024, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Ah, com certeza, com certeza, Senhor, mas lá íamos, ainda não baixou o sol completamente. Vamos então neste ponto vamos ter ainda então declarações de voto de Nuno Portovedo, Senhor Fernando Barbosa e, para já estes dois, pelo que dou a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo para declaração de voto. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Eu gostaria de realçar a importância da aprovação deste e dos três pontos anteriores, por dois motivos, o primeiro, porque estes impostos e taxas são uma das fontes de receita do Município e, como tal, são imprescindíveis para a elaboração do



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orçamento de dois mil e vinte e quatro e sem estas fontes de receita será difícil efetuar aquilo que é necessário no Município que o Executivo se propõe. Em segundo, porque se reflete com esta aprovação, não só os impostos e taxas que o Município irá cobrar, mas também e mais importante, na minha opinião, se decide a parte que o Município deixa de cobrar ou devolve aos munícipes. E não posso deixar de realçar esta verba, é que com a aprovação das taxas e impostos dos quatro pontos anteriores, o Município de Anadia deixa de cobrar ou devolve aos munícipes cerca de dois vírgula cinco milhões de euros. Ora, num quadro de incerteza como que vivemos e tudo indica que irá continuar em dois mil e vinte e quatro, com a inflação elevada, com a subida das taxas de juro, com o custo das matérias-primas em alta, o preço dos combustíveis de novo a crescer e tendo ainda o Município recebido mais competências no âmbito do processo de descentralização, o que implica obviamente mais despesa, pois o respetivo pacote financeiro que as acompanha, ainda não garante todas as despesas associadas como já vimos, faz com que esta decisão do Município relativamente aos impostos e taxas, seja uma clara demonstração que está ao lado da sua população, numa altura que não será fácil, sobretudo para as famílias, reduzindo ao mínimo as taxas de IMI, devolvendo dois por cento do IRS e cobrando apenas zero vírgula setenta e cinco por cento de derrama para empresas lucrativas e com faturação mais elevada. O que, e desculpem por me estar a repetir, representa cerca de dois vírgula cinco milhões de euros a menos no orçamento Municipal que, a exemplo de dois mil e vinte e três, foi de cerca de trinta milhões de euros, portanto, é só fazer a conta da percentagem que esta devolução representa. Nesta conformidade eu não posso, não poderia ter votado de outra forma que não fosse o voto favorável de todas as propostas do Executivo. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, faz favor Senhor Deputado Fernando Barbosa de ler a sua declaração de voto. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Ora bem, então a declaração de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista que, como viram nas votações foi favorável não só este ponto, mas em relação a todos os pontos das taxas e dos impostos municipais é a seguinte. Desde dois mil e vinte e um que o Partido Socialista em matéria de arrecadação da receita tem votado favoravelmente as propostas do Executivo Municipal de maioria MIAP. As nossas divergências não têm sido na parte da receita, mas principalmente no lado da despesa. Nas opções de projetos políticos e sua aplicação, na gestão de atividades, investimentos escolhidos ou nos apoios que são ou não são atribuídos a diversas entidades públicas ou privadas do Concelho. Relativamente às taxas dos impostos que o Executivo Municipal se propõe arrecadar em dois mil e vinte e quatro, este Grupo Municipal volta a conceder o benefício da dúvida, votando a favor das taxas propostas pelo Executivo. No caso do IRS, onde haveria uma margem de dois por cento que poderia ter sido disponibilizada como benefício aos munícipes, isso representaria cerca de setecentos e cinquenta mil euros no respetivo ano no orçamento camarário. A receita proveniente dos impostos municipais



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

representará no seu conjunto cerca de três milhões e quinhentos mil euros no próximo ano, sendo a maior fatia a proveniente deste imposto que acabámos ou desta taxa que acabámos de aprovar que é o IMI. Acrescendo a outras receitas os impostos contribuem para a atividade do Município e permitem assegurar a gestão corrente, bem como optar onde e como intervir, seja na manutenção do existente, seja na sua beneficiação ou em novas instalações e equipamentos da responsabilidade camarária. Como referimos já em anos anteriores defendemos que sejam reforçados francamente os investimentos na beneficiação da rede de água e residuais do Concelho, assim como a monitorização e controlo da qualidade da água de consumo e também do seu desperdício. Defendemos o aumento do investimento na Estratégia Local de Habitação, nas instalações de saúde, educativas e de apoio social. Divergimos na realização de alguns eventos festivos, excessivamente empolados em termos de cartaz com inerentes custos para o orçamento camarário, daríamos prioridade ao apoio de atividade das associações culturais, recreativas e desportivas do nosso Concelho. Daqui a um ano analisaremos este nosso voto favorável relativamente aos impostos municipais, concedido em três anos consecutivos como apoio à obtenção da receita do Município, se justificou e se terá sido uma decisão acertada por parte do nosso Grupo Municipal. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Agora sim, vamos então proceder à votação deste ponto, relativamente às taxas sobre os imóveis do IMI, que já foi votado foi a declaração de voto só dos dois. Eu queria nós estamos a receber à hora e, portanto, dava para mais qualquer coisa. Vamos então passar ao **ponto sete, o ponto número sete apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da terceira alteração orçamental modificativa barra revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município para dois mil e vinte e três, dois mil e vinte sete, de acordo com o Regimento.** Pelo que abro, abro a discussão ao plenário. Está inscrito o Senhor Marcelino Rasga, faz favor, a quem dou a palavra. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhora Presidente, eu tenho dúvidas e fiquei com uma dúvida que gostava que me fosse esclarecido, se possível. Eu reparei que na descrição da distribuição das despesas e receitas, no ponto dois dos considerandos eu verifico que segundo os considerandos da alteração orçamental modificada apresenta um impacto nas receitas e despesas em cento e quarenta, cento e oitenta e quatro, quinhentos e trinta e sete, provenientes da descentralização do projeto dos impostos municipais e considerandos o ponto dois nos considerandos. Na descrição de penso que é do Doutor João Paulo. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Atenção Senhor Deputado continue se faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- A seguir mais abaixo eu verifico tem a descrição de custo de despesas, inscrição de reforço de dotações e despesas com pessoais cento e sete mil, limpeza setenta e cinco mil, portanto, e



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

depois página digital trinta e seis e impostos municipais oito mil e tal. Isto totaliza cento e oitenta e sete e quinhentos e trinta e sete, portanto, existe aqui para mim, na minha opinião, que não consigo perceber, portanto, pode ser por não compreender estas coisas, um desfasamento entre cento e oitenta e quatro quinhentos e trinta e sete e cento e oitenta e sete quinhentos e trinta e sete, portanto, parece-me muita coincidência dos números, portanto, era possível esclarecer-me sobre se existe algum motivo ou eu estou a ver mal as situações. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Terminou Senhor Deputado? Faz favor Senhora Presidente, queira esclarecer o Senhor Deputado. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Olhe, este documento já passou pela Câmara Municipal, pelos Senhores vereadores e ninguém levantou essa questão. Confesso que não andei a somar, enfim, com rigor as parcelas, mas aquilo que está elencado em termos de alteração é o valor de cento e oitenta e quatro mil quinhentos e trinta e sete. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Mas a seguir se reparar nas despesas, logo a seguir, foram reforçadas as dotações com despesas com pessoal, higiene e limpeza, GNR, transportes, projeto digital, impostos municipais de cento e oitenta e sete e o valor, no fundo, acabam por ser iguais. Difere de cento e oitenta e quatro para cento e oitenta e sete. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito bem muito obrigado Senhor Deputado, faça favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Em consciência não tenho problemas em relação à votação, mas em consciência gostava de ter um esclarecimento. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Olhe, como eu não consigo fazer a leitura daquilo que o Senhor me está a dizer, eu peço ao nosso colaborador que está aqui na Assembleia Municipal, Doutor João Paulo, se consegue perceber a questão que o Senhor Deputado Marcelino Rasga está aqui a colocar. -----

----- **Senhor Dr. João Paulo Anjos:** -----

----- Boa tarde a todos, realmente não consigo, não consigo ver, porque os mapas, os mapas estão equilibrados do lado da receita e do lado da despesa, portanto, o valor que temos no lado da previsão como reforço da receita são cento e oitenta e quatro mil e do lado da despesa são cento e oitenta e quatro mil, do lado da despesa total, portanto, documento está equilibrado. ---

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Não deve haver diálogo o Senhor Doutor disse isso, faz favor de tecer as suas considerações. -----

----- **Senhor Deputado Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Ao fundo da página dois há de reparar que diz despesas com pessoal, sessenta e sete mil setecentos e quarenta e sete. Limpeza, higiene e transporte,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

setenta e cinco duzentos e cinquenta e seis, tem para o projeto Anadia digital, trinta e seis duzentos e seis, para impostos municipais associados, oito mil trezentos e vinte e oito, isto dá cento e oitenta e sete quinhentos e trinta e sete. Eu estou a ver mal ou estou a ler mal. Não, portanto, não estou a associar as mesmas circunstâncias, para mim é este o meu esclarecimento. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado Marcelino Rasga, dou a palavra de novo ao Senhor Doutor João Paulo, faz favor. -----

----- **Senhor Dr. João Paulo Anjos:** -----

----- Senhora Presidente permite-me? O que foi reforçado em oito mil foi da receita e o que foi e reforçado é despesa. Os sessenta e sete mais os setenta e cinco mil são despesa, os oito mil são receita, portanto, não podemos estar aqui a misturar receita com despesa. Nós temos um aumento de receita por um lado e temos um aumento de despesa por outro. O aumento de receita iguala o aumento da despesa para a equilibrar. Penso ter sido claro. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Doutor. O Senhor Marcelino está elucidado? Quem cala consente. Portanto, vamos continuar a dar a palavra aos intervenientes. Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto, que é a votação da proposta da Câmara Municipal da terceira alteração orçamental modificativo barra revisão às Grandes Opções do Plano, pondo à votação, pergunto: primeira fila, quem vota a favor, segunda fila, quem vota a favor, terceira fila, quem vota a favor, quarta fila, quem vota a favor, Mesa, e, portanto, num universo de trinta e um votantes e no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de 3.ª Alteração Orçamental Modificativa/Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia, para 2023/2027, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Passamos de imediato ao **ponto oito: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da terceira alteração do mapa de pessoal aprovado para o ano de dois mil e vinte e três e conforme o regimento**, Dando eu a palavra ao plenário. Não havendo inscrições, perei à votação este ponto. Peço quem vota a favor: primeira fila, levanta o braço, segunda fila, levanta o braço, terceira fila, quarta fila, Mesa, e, portanto, e num universo de trinta e um votantes e no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de 3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2023, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Entrou na Mesa um requerimento, proposta neste caso, em que propõe a aprovação em minuta a fim de produzir efeitos imediatos nos termos do que dispõe o número quatro, do artigo quinquagésimo terceiro do RAMA, dos pontos dois, três, quatro, cinco, seis, sete e oito, no período da ordem do dia. Portanto, passo à votação: primeira fila, quem vota a favor, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Foi aprovado então por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. -----

----- Vamos entrar no **Período de Intervenção do Público** e temos uma inscrição para intervenção do público. E eu peço à Senhora Dona Cláudia Marisa de Oliveira Mendes, o favor de intervir, se faz favor. -----

----- **Senhora Cláudia Marisa de Oliveira Mendes:** -----

----- Olá muito boa tarde e agradeço desde já dada a palavra. Boa tarde a todos o meu nome é Cláudia Mendes e resido na Póvoa do Salgueiro, Freguesia de Sangalhos. Estou aqui em representação de residentes e trabalhadores da minha zona de residência, que nos últimos anos tem sido afetada de forma diária e violenta por uma poluição atmosférica sem precedentes e com graves consequências para todos os que respiram o ar poluído com origens na zona da Bicareno. Embora sejam várias as empresas poluidoras na zona anteriormente citada, foi desde as instalações da empresa Carvopratas, Lda., produtora de carvão, que todos estes problemas se têm agravado significativamente. Embora a poluição atmosférica ganhe maiores dimensões durante a madrugada, basta passar de carro na IC dois, com os vidros abertos, a qualquer hora do dia, para facilmente se perceber a gravidade do assunto e o risco de saúde a que a população envolvente está sujeita vinte e quatro horas por dia. Achamos muito estranho que nenhum membro desta assembleia ou do Executivo nunca se tenha apercebido deste crime ambiental. A população está muito, a população há muito que se manifesta através de abaixo-assinados, entregues nas Juntas de Freguesia, tanto de Sangalhos como de Aguada de Baixo. Sabemos também que já foram feitas algumas fiscalizações ao local, mas, incrivelmente, parece estar tudo legal, quando qualquer criança percebe que o ar que se respira tem tudo menos de normalidade. Nenhuma empresa tem o direito de se instalar num local e prejudicar gravemente a saúde ou o bem-estar das populações envolventes. Até pelo contrário, todas têm uma responsabilidade social e por muita riqueza que possam trazer, o que nem sequer é o caso, não pode valer tudo. Nos dias que correm crimes ambientais como este ou como as explorações de areias que está a ocorrer em Avelãs de Cima são, no mínimo, escandalosos e a prova da inoperância e irresponsabilidade dos organismos competentes. Pedimos à Câmara Municipal de Anadia que vá ao local e que comprove em loco o que aqui estamos a reclamar. Mas apareçam de surpresa, caso contrário, poderão ser facilmente enganados. A população não vai desistir, é a nossa saúde, é a saúde dos nossos filhos, são as nossas casas e são os nossos quintais, basicamente são as nossas vidas que estão em causa, em troca de uns sacos de carvão de uma unidade que apareceu, não se sabe bem de onde, nem com que interesse, por favor, deixem-nos respirar. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Muito obrigado pela sua intervenção. Eu o gostaria de dar a palavra à Senhora Presidente da Câmara, no sentido de também ela, quiçá, dar a sua posição, com factos que, porventura, nós desconhecemos, mas que vos deixe também uma réstia de esperança. Faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Agradeço Senhor Presidente a oportunidade também que me dá de também poder dizer algo sobre esta matéria. Eu compreendo as vossas razões, aliás, compreendemos muitos dos que aqui estão, que não são alheios ao problema que vocês vivem, porque nós também passamos, também assistimos, já vimos e muitas démarches já foram feitas junto das entidades para que, efetivamente, possa haver outro tipo de atuação. A Câmara Municipal, a entidade coordenadora, tem, enfim, a possibilidade de autorizar a construção, enfim, tudo o que tem a ver com a licença de utilização, mas depois tudo aquilo que tem a ver com a licença ou com a própria atividade industrial ou com a emissão de gases, há uma entidade fiscalizadora que é a CCDR e, portanto, na parte do Ministério do Ambiente e, portanto, as intervenções que foram feitas e vocês saberão, foram muitas já e a própria empresa, diga-se, também tem feito algum investimento no sentido de minimizar. Mas, na verdade, não tem tido resultados positivos e, portanto, desde, enfim, de uma central de lavagem de fumos, desde a colocação de novas chaminés e novos filtros e por último uma central que foi, efetivamente, bastante dispendiosa, acompanhada, inclusivamente, por técnicos da Universidade de Aveiro, em que ligaram depois as chaminés todas a uma só chaminé, mas, na verdade, aquilo não resultou e, portanto, o problema persiste. Qual a solução que agora está colocada? A colocação de um queimador de gases que, efetivamente, possa vir a ter outro tipo de atuação. Estava previsto isto agora para meados do mês de setembro, efetivamente, o fornecedor faltou, a própria empresa nos tem dado esse feedback, como à própria CCDR. O fornecedor não cumpriu, agora, está previsto para início do mês de outubro, mas também não vos posso dar, neste momento, a certeza de que aquilo vai funcionar, porque eu também tinha esperanças, como toda a gente tinha esperanças que, efetivamente, com o outro sistema que pudesse vir a funcionar, embora fosse uma experiência inovadora, porque, na verdade, estas empresas com este tipo de atividade por norma, enfim, se calhar também estão situadas noutra local que não aquele e, portanto, mas com perturbação que eles também se apercebem, como é óbvio, tentaram resolver, mas que, na verdade, como eu já disse, não resultou. Ao Ministério do Ambiente e, nomeadamente, à CCDR, aquilo que lhes pedi foi que, efetivamente, no mais curto prazo de tempo, fizessem uma ação de fiscalização, porque, enfim, já não a fazem também há alguns dias ou há algum tempo, as licenças, o título que lhes dá a possibilidade de poderem emitir, enfim, aqueles gases já foi há algum tempo, mas face e eles próprios tendo conhecimento que o sistema não funciona, que venham ao local para, enfim, avaliar a situação. O que é que nós temos aqui também em cima da Mesa equacionado? É que a lei também nos permite, enquanto entidade coordenadora, dando o benefício da dúvida que até este sistema estar instalado, se o mesmo não funcionar, iremos esgotar aquilo que a lei nos permite com todos os prazos, com as



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vistorias possíveis e não havendo a dita correspondência para funcionar, enfim, como deve funcionar, obviamente que temos que ser radicais. E, portanto, aqui teremos essa possibilidade de acordo com a lei e é como digo, neste momento a Câmara com a CCDR, o Ministério do Ambiente, dando o benefício da dúvida deste processo que será instalado, agora dizem no início do mês de outubro e esperando que o mesmo funcione, obviamente, caso o mesmo não venha a funcionar, teremos que esgotar todas as possibilidades que a lei, efetivamente, nos possibilita e determina e, portanto, iremos utilizar, efetivamente, essas ferramentas para podermos atuar de outra maneira, porque se não há hipótese de, efetivamente, de resolver com todo o investimento que a própria empresa já fez, mas quer dizer, há um investimento, obviamente, reconhecido, nós sabemos que estes sistema está pago pela própria empresa, eles mandaram-nos faturas, inclusivamente, mas pronto, mas isto não resolve o problema da população e os prejuízos da população. E, portanto, como tal teremos que atuar e, neste momento, é aquilo que eu vos posso dizer e, portanto, concertado também aqui com o Ministério do Ambiente, porque a Senhora disse, utilizou uma palavra e eu digo também já basta, efetivamente, mas que temos que tomar aqui outras medidas? Sim. Disponibilidade por parte da empresa, vimos, também a disponibilidade de outras entidades que à partida tem o conhecimento e o know-how que permita intervir, também nós temos conhecimento disso, mas a verdade é que o problema persiste e, portanto, temos consciência disso, sabemos que, inclusivamente, a Freguesia e o lugar ao lado, portanto, o Concelho vizinho, vive igualmente as mesmas preocupações e dependendo também dos dias e do nível de humidade, é ainda mais prejudicial e com fumos também e, portanto, é insustentável como é óbvio e, portanto, aí ninguém vos tira a razão de forma alguma. Portanto, neste momento, é aquilo que se me oferece dizer relativamente à vossa exposição, que a farei também chegar, nomeadamente, ao Ministério do Ambiente, portanto, através da CCDR. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Faz favor para que efeito? É para intervenção? Faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PSD:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, permita-me que em jeito de espaço final da reunião, não cumprimentei esta assembleia no início, faço-o no fim e gostaria de usar a palavra e uma vez que temos aqui público presente que traz um tema premente e foi aqui focado, no fundo, a figura do abaixo-assinado que chegou à Junta de Freguesia e chegou também à Câmara, portanto, este é um processo que acompanhamos nos últimos anos e, de facto, agradecer aqui a forma também cordial com a qual os residentes se têm comportado perante este assunto. Temos sido bastante dialogantes, a própria Câmara, a Senhora Presidente e o vereador Lino Pintado, temos tido aqui a acautela de conhecer bem este assunto, não é um assunto novo, não tem dois anos, o tempo do meu mandato, tem uma década e, portanto, é um assunto que tem evoluído também com os tempos. Aquilo nem sempre foi uma fábrica de carvão, aquilo que



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha outra origem, depois o visionário, o Senhor David, transformou a fábrica numa produção de carvão, começou com um forno, dois e rapidamente tem doze fornos a operar e, portanto, causa este transtorno à população, causa este transtorno, no fundo, a quem aqui vive, causa um transtorno a um Concelho que quer que as pessoas venham para cá morar e tenham aqui qualidade de vida. E, portanto, licenciar uma fábrica que tem um forno de carvão, é diferente de licenciar e permitir a operação industrial numa fábrica que tem doze fornos. Ainda por cima quando há boa vontade da empresa em tudo fazer para permitir que esta operação seja coabitante com empresas e residentes e isso não tem tido impacto. Portanto, acho que sim e é com agrado que vejo a posição que a Senhora Presidente, em nome da Câmara, aqui toma, de que temos sido complacentes com esta situação, permitindo que a empresa adote os mecanismos que entende necessários para ser eficiente e eficaz na sua operação, mas não há muito mais margem para continuarmos a permitir que se testem modelos que são, de certa maneira, eles próprios duvidosos, até porque é uma operação que não é assim tão sistematizada em Portugal, não há muitas fábricas de carvão e então é que não há muitas mesmo dentro do núcleo urbano. E, portanto, vamos serenamente aguardar por este novo sistema e por este esforço que a empresa vai fazer e, ao mesmo tempo, também acompanhar a operação, porque não tem é só a ver com a parte dos fornos e de queima, tem a ver com procedimentos internos da empresa que vão desde a transformação dos subproduto de madeira até à saída dos sacos de carvão. Há, por exemplo, um outro aspeto que tem que ser acautelado pela empresa que é a carga do pó de carvão que sobra depois dos fornos. E nós sabemos e quem aqui está sabe perfeitamente disso que todos os dias, não é todos os dias, é dia sim dia não, é carregado de pó de carvão a seco para cima de camiões, que provocam nuvens imensas, altas de pó, que depois com a com a ventania se espalha. Estamos a falar de partículas de pó e partículas dos fumos e, portanto, uma série de comportamentos que tem que ser modelados. Esta parte do cheiro que toda a gente que passa no IC dois naquela zona sente, parece que vivemos dentro de uma churrasqueira é contínuo, mas isto tem outros procedimentos pelo meio e, portanto, é com agrado que vejo que há esta posição da Câmara, porque é também a posição da Junta, que acompanha com bastante proximidade este assunto, que é um assunto delicado, portanto, nós quando falamos e, mais uma vez recupero este assunto, falamos de habitação, falamos também de um Concelho que, no fundo, quer que as pessoas venham para cá viver. E isto que se passa no Bicareno também não é, não é assunto único no nosso Concelho, há outros focos, tem que haver esta preocupação e, no fundo, também esta discussão que vamos ter que fazer para o futuro que é, apesar de temos um PDM que permite a instalação de indústrias deste cariz dentro da malha urbana ou em proximidade em locais que são próprios, quando há estas adaptações tem que haver também haver discussão e adaptação de decisão. Porque o que acontece é que estamos a prejudicar as pessoas e, portanto, enquanto vai um teste e o teste de uma solução, passaram cinco, seis anos e, portanto, a operação continua a ter um efeito nefasto, negativo junto das populações e, portanto, tal qual a Câmara vamos esperar com serenidade e com a serenidade que nos trouxe até aqui, que este assunto tenha



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

solução. Mas depois há uma série de procedimentos que também vamos continuamente acompanhar e, portanto, vamos ver se até ao final do ano, temos uma reação positiva àquilo que vai ser instalado. Situação que me causa algum desconforto que venha a acontecer, mas vamos aguardar mais uma vez e, portanto, deixar também esta posição da Junta de proximidade também convosco, estamos cá para no diálogo construir soluções e, portanto, é assim que também vejo a democracia e agradecer a vossa vinda a esta assembleia, que é um espaço que vos recebe sempre bem e é aqui que também devemos tratar os problemas que nos afetam a todos. Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao Deputado José Manuel Carvalho, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, permita-me que enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima seja perfeitamente solidário com este vosso manifesto importante. Não é de hoje, também não é de ontem, não é de um ano ou de há dois anos que nós vivemos a questão das poeiras e, inclusivamente, estivemos já juntos, a Freguesia de Avelãs de Cima, a Câmara Municipal de Anadia e a Freguesia de Sangalhos, mal tomamos posse nesta situação. Portanto, deixar-vos uma palavra de apreço e completa solidariedade pelo vosso manifesto. Agora o que tem que haver é o diálogo esgotou, portanto, nós precisamos rapidamente, como disse a nossa Presidente da Câmara, de uma solução estrutural e conjuntural. E é isto que é preciso trabalhar e, portanto, mais do que palavras, nós vamos precisar de estar nesta fase unidos na procura de uma solução rápida, com o envolvimento das instituições nacionais com responsabilidades nestas questões e deixar da nossa parte, da Freguesia de Avelãs de Cima, que tudo faremos para mostrar trabalho dentro dessa área e, portanto, fazer das minhas palavras as palavras da Senhora Presidente e do colega Artur Salvador. Neste sentido, queria aproveitar também para dizer que não pode ser só do lado do Concelho de Anadia. Nós vemos uma proliferação de zonas industriais nas Freguesias ao lado, nós sabemos o estado em que algumas delas trabalham. Nós, inclusivamente, temos estado na volta do termo e, portanto, vemos, inclusivamente, há indústrias que estão no meio das duas Freguesias e tivemos a última ação neste sentido, portanto, terá que ser construído um conjunto de vias estruturais que reduzam, eliminem, inclusivamente, definitivamente, os pós, que é o caso dos transportes dos veículos pesados que existem e persistem, em de certa forma, nesse tipo de meio, quando, efetivamente, o solo não está preparado para esse tipo de meios e, portanto, deixar aqui esta nota que vamos trabalhar nesse sentido. Bem hajam. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Antes de terminar esta sessão ordinária, gostaria de agradecer de forma educada e serena como expuseram o vosso problema. Sem perder a assertividade, do problema e na resolução do problema. Muito obrigado por isso. São dezoito



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

horas e dezoito minutos, dou por encerrada a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

-----  
O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -

\_\_\_\_\_